

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração é uma publicação que apresenta informações detalhadas sobre a atuação da Companhia e seus Projetos Estratégicos e Planos para o futuro. A apresentação desse documento é uma exigência legal (Lei 6.404/76, art. 133, I, e art. 243).

No Item 1. Mensagem da Administração, são apresentadas, de forma sintética, as principais ações estratégicas desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2025, assim como os principais projetos estratégicos e ações planejadas para o futuro.

No Item 2. Governança corporativa, são apresentados os temas: estrutura de governança corporativa, controles internos, gerenciamento de risco, relatórios de gestão estratégica, políticas e práticas relacionadas à ética e transparência.

No Item 3. Sustentabilidade, são detalhadas as principais informações relacionadas à sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

No Item 4. Gestão estratégica, são apresentados o modelo de planejamento estratégico e de monitoramento dos resultados da Companhia, além das metas, indicadores e resultados alcançados no exercício de 2025.

No Item 5. Gestão de Projetos Corporativos, são mostrados quais os projetos aprovados por cada eixo de atuação da Companhia.

No Item 6. Gestão de Pessoas, são apresentadas as principais políticas e práticas relacionadas à segurança do trabalho e valorização dos colaboradores.

No Item 7. Relacionamento com a sociedade, é apresentado o modelo de gestão participativa da Companhia, que engloba os comitês de bacia hidrográfica e a alocação negociada de água.

No item 8. Estrutura tarifária, é apresentado o modelo de cobrança de tarifa desenvolvido e implementado pela Companhia.

Por fim, no item 9. Canal de Denúncias, é apresentado um modelo de canal para recebimento de denúncias internas e externas da companhia.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - Cogerh, foi criada pela lei nº 12.217 de 1993, a qual foi alterada pela lei nº 17.928 de 2022. O objetivo pelo qual a Companhia foi criada é o de gerenciar os recursos hídricos de domínio do Estado ou da União, por delegação, de forma descentralizada, participativa e integrada. Suas ações compreendem os aspectos de monitoramento qualitativo da água, manutenção, operação de obras hídricas, elaboração de planos e estudos, cadastro de usuários de água, cobrança pelo uso da água e apoio à organização e funcionamento dos Comitês de Bacia e Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos.

A política de gestão das águas no Ceará foi desenvolvida sob uma base conceitual e legal bem definida, tendo como marco institucional a criação da Secretaria dos Recursos Hídricos, em 1987, e como arcabouço legal a lei nº 11.996/92, atualizada e revogada pela lei nº 14.844/10, a qual define a Política Estadual, estabelece os instrumentos de gestão e cria o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH, do qual a Cogerh faz parte desempenhando o papel de Instituição de gerenciamento dos recursos hídricos.

Através da informação e divulgação de dados por parte da Cogerh, a comunidade cearense tem a oportunidade de atuar como cogestora dos recursos hídricos do Estado, tomando decisões coletivas negociadas, como também avaliando a política de gestão implementada nas bacias hidrográficas.

Para fins de gestão dos seus recursos hídricos o Ceará está dividido em 12 regiões hidrográficas nas quais a Cogerh monitora 143 açudes públicos estratégicos, estaduais e federais, em parceria com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e com a Agência Nacional de Águas - ANA, os quais representam em torno de 98% da capacidade total de armazenamento de água no Estado, o que equivale a 18,4 bilhões de m³. Opera, ainda, dezenas de estações de bombeamento, adutoras e canais, com destaque para o Eixão das Águas, Cinturão das Águas (CAC), Canal do Trabalhador, Canal Sítios Novos - Pecém e o Sistema Orós - Felicitoso.

Em termos de valores de precipitação, no período de 2012 a 2016 o Ceará registrou precipitações bem abaixo da média histórica (809,1mm), com valor médio anual de 507,5mm. Em 2025 a chuva média ficou também abaixo da média histórica em 15%, atingindo o valor de 517,8mm.

Com relação ainda aos aspectos hidroclimatológicos, destaca-se que nos últimos 3 anos as quadras chuvosas apresentaram resultados mais representativos, com chuvas melhor distribuídas no tempo e no espaço, repercutindo positivamente nos aportes aos reservatórios monitorados pela Cogerh. Em relação às acumulações nos reservatórios em 2025, o Estado encerrou o ano com uma acumulação aproximada de 7,34 bilhões de m³, equivalente a 39,97% da capacidade de acumulação, considerando que iniciou o ano com uma acumulação em torno de 43,76% e ao término da estação chuvosa encontrava-se com 55%. Não obstante, ao término do ano 2025, pensando nas regiões hidrográficas como um todo, as regiões de Seretões de Cratões e do Médio Jaguaribe, a qual é fortemente condicionada ao volume armazenado do açude Castanhão, ainda estavam com um nível de acumulação considerado crítico, entre 10% e 21%. O destaque em 2025 ficou para o açude Orós, segundo maior do Estado, que volta a vencer depois de 14 anos. Vale ressaltar que a Cogerh vem operando os primeiros 53 km do CAC desde 2021 recebendo os aportes das águas do Rio São Francisco para o Ceará. Em 2025 não foram realizadas transferências para sistema Jaguaribe-RMF a partir do PISF. Somente foram transferidos pequenos volumes necessários para manutenção do nível d'água do CAC.

No que se refere à gestão participativa dos recursos hídricos, a Cogerh vem desenvolvendo, desde sua criação, um trabalho de sensibilização e conscientização para a gestão das águas nas bacias hidrográficas, estimulando e apoiando a formação de canais de participação da sociedade civil e dos usuários no processo de cogestão dos recursos hídricos. A ênfase maior está na importância da gestão racional e eficiente dos mananciais e infraestruturas hídricas. A Cogerh busca envolver os usuários no processo de alocação de água dos sistemas hídricos, motivá-los na participação do processo de gerenciamento da bacia hidrográfica principalmente por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas e das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos - e implementar os instrumentos de gestão previstos em lei. O trabalho de apoio à organização social para a gestão dos recursos hídricos é entendido como um processo de mobilização social contínuo, envolvendo ações de articulação, mobilização e capacitação dos atores sociais envolvidos na gestão participativa da água no Ceará.

No que tange à geração de energias limpas e renováveis a Cogerh vem trabalhando na perspectiva da construção de Parcerias Público Privada (PPP) ou parceria de oportunidade (Lei nº 13.303/2016) para o aproveitamento do uso dos espelhos d'água para geração de energia fotovoltaica, em açudes como o Gavião, Pacajus e Castanhão, por exemplo. O aproveitamento da energia solar já é uma realidade na sede da Cogerh com a implantação de painéis solares no estacionamento, sendo uma tendência a ser realizada nas demais estruturas da companhia. A Companhia iniciou em 2025, em conjunto com a CearáPar e por iniciativa desta, a estruturação de um projeto de criação de uma mercado de créditos hídricos com a finalidade de fomentar o uso racional da água, bem como o uso de outras matrizes que atendam ao princípio da adicionalidade.

No âmbito da gestão e planejamento, a Cogerh adota um modelo de gestão baseado na metodologia BSC (Balanced Scorecard), onde estabelece indicadores corporativos e setoriais com metas estabelecidas anualmente. Cada indicador corporativo está ligado necessariamente a um objetivo estratégico, permitindo assim o monitoramento da Estratégia da Companhia.

O Escritório de Projetos Corporativos (EPC) da Companhia, possui uma estrutura estratégica dedicada à priorização, planejamento, monitoramento e gestão do conhecimento de projetos. Fundamentado em uma metodologia própria, o EPC incorpora as melhores práticas preconizadas pelo Project Management Institute (PMI), assegurando uma abordagem sistemática e eficaz na gestão do portfólio de projetos. Em 2025, mensalmente foram acompanhados em torno de 50 projetos alinhados a estratégia da companhia, garantindo maior eficiência na alocação dos recursos públicos e fortalecendo a capacidade institucional no cumprimento de sua missão.

No que tange a sustentabilidade financeira da companhia, em 2025, a Companhia continua fazendo um trabalho visando melhorar sua eficiência energética e a redução de custos, com destaque para o ingresso da Companhia no Ambiente de Livre Comercialização de energia em 2025.

Já em relação a atualização das tarifas de cobrança pelo uso de água bruta foi implementada linearmente a partir de agosto com base no IPCA acumulado de 6,38%. Diante disso, o volume faturado no ano de 2025 superou em apenas 4% o volume de 2024 enquanto o valor faturado ficou 5% maior do que o ano anterior. A categoria de Abastecimento Público, continua sendo a que mais contribui com o faturamento, tendo como principal usuário a CAGECE, principalmente após o ajuste diferenciado da tarifa de abastecimento humano de 27% aprovada em dezembro de 2022 pelo Conerh e implementada em julho de 2023.

Neste cenário, em 2025 a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos apresentou resultado positivo assim como em 2024, conforme tabela de Demonstrações do Resultado Abrangente, abaixo. A Companhia alcançou uma receita líquida da atividade na ordem de R\$ 243,2 milhões em 2025, superior ao R\$ 228,2 milhões obtidos em 2024. A Receita Bruta, ou seja, a receita antes da dedução de tributos diretos e cancelamentos, em 2025 foi de R\$ 252,8 milhões, enquanto em 2024 foi de R\$ 237,8 milhões oriundos da cobrança de água bruta. Observa-se assim, que a Receita Líquida da Atividade como a receita Bruta apresentaram um aumento de R\$ 15 milhões, em relação ao período de 2024.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores em reais sem centavos)	2025	2024
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	14.277.493	14.241.975
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	14.277.493	14.241.975

Desta forma, não foram necessários ajustes no orçamento, mas foram realizadas negociações com usuários, fornecedores e gestores de contratos, bem como um bom controle orçamentário buscando manter a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

Em relação aos investimentos com recursos próprios, a COGERH vem atuando, de maneira alinhada com os órgãos do Sistema de Recursos Hídricos do Estado, no sentido de manter a oferta hídrica aos usuários de água. Dessa forma, a Companhia tem realizado continuamente vários investimentos. Apresentam-se abaixo os investimentos realizados em 2025:

Relação de Investimentos	2025(R\$)	2024(R\$)
ADUTORA DE CHAVAL	360.547	
ADUTORA PARA ABASTECIMENTO DE CEBRRAS ADEQ. DA CAPAC. DE BOMB TRECHO V - EIXÃO ADUTORA DA SERRA DO MOZINHA - ABAIARA	4.115.770	1.288.649
AQUIOS, DE MEDIDORES, BANCO MUNDIAL	3.423.560	5.496.231
EMBARCAÇÕES	909.976	29.655
CABOS P/ SIST ELÉTRIC E PACOTE AUXILIAR	1.313.460	
CASA AGIR AC OLHO D'ÁGUA - VARZEA ALEGRE	102.943	
CASA AGIR AC UBALDINHO - CEDRO	91.779	
CENTRAL DE CONTR E OPERAÇÃO - VIDEOWALL	544.306	
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	1.148.893	134.008
CONJUNTO DE MOTOBOMBAS SUBMERSAS	521.250	
DRONES	284.395	455.520
IMPL BARR DE PEQ PORTE NA BAC RIO GERARAU		71.821
INSTRUMENTOS FERRAMENTAS E OUTROS	127.511	
LICENÇA R12 E R21SN	155.500	
MAQUINAS APARELHOS E EQUIPAMENTOS	1.264.758	2.899.026
MOVEIS E UTENSÍLIOS	26.737	197.980
READEQ. SIST. DE INCENDIO - EB CASTANHÃO		50.153
REV DOS SISTEMAS ELÉTRICOS - EB ITAICABA		1.041.880
REV. SISTEMA ELÉTRICO EB GAVIÃO/ACARAPE		479.549
SEDE COGERH	34.726	
PASSAGEM MOLHADA BRACO ESQ DO RIO ACARAU	2.053.754	227.559
PAS MOLHADA RIO ARACATI-MIRIM (SÍTIO EMA)	1.505.217	
PAS MOLHADA RIO ARAC-MIRIM (VARZ GRANDE)	1.126.326	
PASSAGEM MOLHADA AFLUENTE DO RIO ACARAU	1.709.275	
RAMAL ADUT ACARAPE AO POLO QUIM GUAIUBA	772.871	
SERVIDORES DE BANCOS DE DADOS	316.000	
SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO ERP		296.883
Total Investido	19.762.423	12.668.913

Fonte: Cogerh, 2025.

Em relação à captação externa de recursos, a Cogerh é uma das instituições do Governo do Estado com projetos em desenvolvimento no Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial, denominado de Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica. Este projeto tem como objetivos a implementação de diversas ações no Ceará com destaque para serviços e obras de segurança hídrica. A Cogerh ficou responsável por 3 projetos no âmbito da macromedida de água de usuários estratégicos, da regularização do uso dos recursos hídricos e de segurança de barragens com investimentos na ordem de aproximadamente R\$ 24.963.817,30.

O ano de 2025 ficou marcado pela conquista de alguns desafios da Companhia como o ingresso no mercado livre de energia (ainda como varejista), o que representa um primeiro passo dentro outras ações que a Cogerh pretende realizar como tratamento para redução daquela que pode até não ser o maior despesa da Companhia, mas que, em períodos de estiagem prolongada tem uma tendência de crescimento mais abrupto. Outro desafio enfrentado e conquistado no ano de 2025 foi a assinatura de um convênio de adesão para implementação de um plano de previdência complementar para seus empregados. Esta ação contribui diretamente com a valorização dos colaboradores da Cogerh bem como com a retenção de talentos fortalecendo institucionalmente a Companhia.

Todas essas transformações buscam preparar a Companhia para aproveitar as oportunidades do futuro, refletindo o compromisso com a melhoria contínua de processos e de resultados. Acredita-se que eficiência e transparência são valores fundamentais para elevar a confiança dos usuários de água bruta, colaboradores, parceiros, acionistas e da sociedade cearense no gerenciamento dos recursos hídricos do Estado do Ceará.

Por fim, registra-se que os resultados alcançados em 2025 só foram possíveis em razão da dedicação dos gestores e dos colaboradores da Cogerh.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 Estrutura de Governança

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (Cogerh) vem consolidando, de forma contínua, uma cultura organizacional pautada pela excelência em governança e conformidade, reconhecendo com rigor que a observância dessas diretrizes constitui um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade institucional.

A luz da Lei nº 13.303/2016, a Companhia se posiciona em um elevado padrão normativo, no qual a governança corporativa assume papel central ao promover uma abordagem sistemática voltada à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento das ações da gestão. Nesse contexto, são estabelecidas diretrizes e recomendações que orientam a atuação institucional, favorecendo o aperfeiçoamento contínuo dos processos e contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da organização.

Esse movimento estratégico visa a fortalecer a estrutura de gestão da Companhia, promovendo maior transparência, integridade e eficiência administrativa, além de assegurar a perenidade institucional e a segurança das operações desempenhadas, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 1 - Organograma da Cogerh



Fonte: Cogerh, 2025

2.2 Programa de Integridade

A Cogerh mantém seu compromisso com a excelência institucional por meio da atuação contínua da Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade (ASGRC). Esta unidade desenvolve um trabalho permanente voltado ao fortalecimento da governança na Companhia, dedicando-se à estruturação de mecanismos de integridade e ao aprimoramento constante da gestão de riscos. Sob essa perspectiva, o ano de 2025 foi pautado pela manutenção das atividades essenciais para a consolidação do Programa de Integridade, uma iniciativa estratégica alinhada à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e ao Decreto nº 8.420/2015, que visa prevenir e tratar irregularidades no ambiente corporativo.

No ano de 2025, o Programa de Integridade da Cogerh segue em fase de implementação, enquanto a Companhia preserva a robustez de seus mecanismos vigentes, que asseguram a conformidade e a ética organizacional. A atuação da Cogerh permanece fundamentada no Código de Ética e Conduta, que orienta o corpo funcional, e na operação do Canal de Denúncias por um reporte sigiloso de infrações. Complementarmente, a gestão de riscos e os controles internos seguem como ferramentas vitais para a mitigação de ameaças institucionais, sempre em estrita observância à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

A estrutura de Governança e Conformidade da Cogerh reafirma, assim, seu papel de guardião dos normativos internos e externos. O zelo contínuo na construção dessa cultura de integridade representa um esforço estratégico de longo prazo, consolidando as boas práticas de gestão e reforçando o compromisso inabalável da Companhia com a ética e a responsabilidade na administração dos recursos hídricos do Estado.

2.3 Políticas

As políticas institucionais são instrumentos fundamentais para assegurar a transparência, a segurança e a eficiência nos processos da Cogerh, atuando como guias para as práticas internas, mitigando riscos e garantindo a plena aderência às normas e regulamentações vigentes.

Ao longo de 2025, a Companhia priorizou a consolidação e o acompanhamento das diretrizes fortalecidas no ciclo anterior. A manutenção e o zelo pelos normativos reforçam a governança da Cogerh, garantindo estabilidade, confiabilidade e o contínuo alinhamento estratégico com suas partes interessadas. Na figura a seguir estão as Políticas vigentes na Cogerh até o ano de 2025:

Figura 2 - Políticas Cogerh

POLÍTICAS	CRIAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
Divulgação de Informações Relevantes	2018	Orienta a conduta e a transparência na divulgação de informações
Transações com Partes Relacionadas	2018	Estabelece regras e procedimentos aplicáveis na ocorrência de transações entre partes relacionadas, de forma transparente e conforme a legislação.
Porta-Vozes	2018	Define as ações e responsabilidades das pessoas autorizadas a falarem em nome da empresa
Distribuição de Dividendos	2019	Estabelece diretrizes, regras e procedimentos para destinação de resultados e distribuição de dividendos da Cogerh, com garantia de transparência
Patrocínio	2019	Estabelece procedimentos e critérios a serem observados pela Cogerh e por terceiros nos processos de concessão de patrocínio
Gestão de Riscos	2024	Estabelece etapas, diretrizes e responsabilidades para a execução do processo de Gestão de Riscos na Cogerh
Saúde e Segurança do Trabalho	2024	Estabelece um ambiente de trabalho seguro e saudável, protegendo a integridade física e mental dos trabalhadores
Segurança da Informação	2024	Garante a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações

Fonte: Cogerh, 2025.

2.4 Treinamento da Alta Gestão

Figura 3 - Parceria EGPCE e Cogerh



Fonte: Escola de Gestão Pública, 2025.

Reconhecendo a importância da liderança na promoção da integridade e da Governança Corporativa, a Cogerh mantém o investimento contínuo na capacitação de sua Alta Gestão. Em estrita observância ao artigo 6º da Lei nº 13.303/2016, que preconiza práticas de gestão responsáveis e transparentes nas empresas estatais, a Companhia promoveu, em 2025, o sexto ciclo de treinamento voltado ao aprimoramento técnico e estratégico de seus dirigentes. Essas ações consolidam uma cultura organizacional pautada na ética, na transparência e no compromisso com a excelência na administração pública.

Em 2025, o programa de capacitação para a Alta Gestão foi estruturado em eixos fundamentais que abrangem as dimensões críticas da gestão contemporânea: Governança Corporativa e Jurídica; Ética, Integridade e Compliance; Gestão de Riscos e Controles Internos; e Transparência e Accountability. Esta iniciativa reafirma o empenho da Cogerh em assegurar que suas instâncias decisórias estejam plenamente alinhadas às melhores práticas de governança, preparadas para enfrentar os desafios regulatórios e operacionais do setor de recursos hídricos.

2.5 Gestão de Risco

A gestão de riscos constitui um dos pilares essenciais da governança corporativa, assumindo papel estratégico na identificação, análise e mitigação de eventos que possam impactar o alcance dos objetivos institucionais. Por meio de uma abordagem estruturada e preventiva, busca-se reduzir incertezas e fortalecer a resiliência organizacional diante de cenários adversos. Ao integrar a gestão de riscos ao planejamento estratégico e aos processos decisórios, a instituição amplia sua capacidade de antecipar desafios, aprimorar controles internos e promover uma alocação mais eficiente de recursos.

Dessa forma, a gestão de riscos contribui para o fortalecimento da integridade institucional, para a melhoria contínua da gestão e para a sustentabilidade das operações no longo prazo. Na figura abaixo são apresentadas as 8 (oito) etapas da Gestão de Riscos da Cogerh:

Figura 4 - Etapas da Metodologia de Gestão de Riscos



Fonte: Cogerh, 2025.

2.5.1 2º ciclo da Gestão de Risco

Após o encerramento do 1º Ciclo de Gestão de Riscos, em 2024, a Cogerh deu início ao planejamento e à execução do 2º Ciclo, contemplando o aprimoramento metodológico do processo, a atualização da Política de Gestão de Riscos, o refinamento do portfólio de riscos estratégicos e a definição das respectivas ações de tratamento.

Nesse contexto, no exercício de 2025, os oito eventos de risco classificados como de maior criticidade foram inicialmente priorizados pela Alta Gestão. Posteriormente, com o objetivo de fortalecer a aderência do processo às diretrizes institucionais, a Assessoria de Governança, Riscos e Controle (ASGRC) realizou um ajuste técnico no portfólio, de modo a assegurar plena conformidade com a Política de Gestão de Riscos Integrada, incorporando dois eventos de risco específicos relacionados à dimensão de conformidade (compliance).

Ao longo do período, foram conduzidas reuniões técnicas de alinhamento com os gestores responsáveis e com as áreas executoras, destinadas à validação das ações de tratamento, à definição dos prazos de execução e ao estabelecimento de indicadores de desempenho para acompanhamento das medidas propostas. Esse processo culminou na consolidação das informações e na aprovação final das ações pela Alta Gestão.

No segundo semestre de 2025, a Companhia iniciou o monitoramento de cinco dos dez riscos priorizados. Todas as estratégias de resposta foram validadas pelas instâncias responsáveis, resultando no estabelecimento de 28 ações. O panorama consolidado dessas iniciativas até o fechamento do exercício de 2025 está apresentado na imagem a seguir:

Figura 5 - Dados finais Gestão de Riscos



*Dados de dezembro/2025.

Fonte: Cogerh, 2025.

2.5.2 Compartilhamento de Informações e Reporte à Alta Gestão

A transparência e o alinhamento contínuo com a alta gestão constituem elementos essenciais para a efetividade do gerenciamento de riscos corporativos da Cogerh. Ao longo de 2025, a Companhia manteve uma rotina estruturada de reporte, assegurando que os principais riscos e o avanço das ações de mitigação fossem acompanhados de forma sistemática pelos órgãos de governança.

Nesse período, foram realizadas quatro reuniões de reporte com a Diretoria Executiva, nas quais foram apresentados os riscos priorizados, suas tendências e o status das ações planejadas. Esses encontros possibilitaram o acompanhamento próximo da liderança, favorecendo decisões mais tempestivas, a adequada priorização de recursos e o fortalecimento dos controles internos.

O processo de reporte também contemplou instâncias superiores de governança. O Comitê de Auditoria Estutatória recebeu informações consolidadas sobre o portfólio de riscos, com foco na efetividade dos controles e na aderência às boas práticas de governança. Adicionalmente, foram realizadas duas apresentações ao Conselho de Administração, assegurando que os conselheiros tivessem uma visão clara e atualizada dos riscos estratégicos capazes de impactar os objetivos corporativos.

Esses momentos de compartilhamento fortaleceram a integração entre as áreas, ampliaram a maturidade institucional e reforçaram o compromisso da Cogerh com uma gestão de riscos transparente, participativa e orientada à tomada de decisão. O diálogo contínuo com a alta gestão contribuiu para consolidar o segundo ciclo de monitoramento da gestão de riscos como um processo robusto, alinhado às melhores práticas de governança e essencial para a resiliência organizacional.

2.5.3 Sistema de Gestão de Riscos e Conformidade

O novo ciclo impulsionou a modernização do acompanhamento dos riscos estratégicos e, em 2025, a Cogerh iniciou o desenvolvimento de um sistema corporativo em parceria com a Gerência de Tecnologia da Informação (GETIN).

O sistema permitirá a centralização e a rastreabilidade dos dados, conferindo maior agilidade ao monitoramento do status das ações e dos indicadores de desempenho. A substituição de controles manuais por BI, com uma interface sistemática, elimina inconsistências, garante a integridade da informação e facilita a geração de reportes gerenciais para a Alta Gestão.

Além do ganho de produtividade, a plataforma promoverá a interoperabilidade entre a Gestão de Riscos, a Gestão por Processos e a Conformidade. Essa integração assegura uma visão sistêmica e correlacionada das atividades, permitindo que as decisões institucionais sejam mais assertivas, oportunas e tecnicamente fundamentadas, consolidando uma estrutura de governança digital robusta, eficiente e integrada.

Figura 6 - Sistema de Gestão de Riscos e Conformidade



Fonte: Cogerh, 2025.

2.6 Gestão de Processos

O Gerenciamento de Processos de Negócio (Business Process Management - BPM) consiste em uma disciplina gerencial voltada ao alinhamento das operações organizacionais com os objetivos estratégicos da instituição, promovendo a geração de valor às partes interessadas por meio da melhoria contínua dos processos de negócio.

Mais do que uma técnica voltada ao mapeamento e à modelagem de processos, o BPM estabelece princípios, métodos e práticas que permitem às organizações aprimorar a eficiência, a eficácia e a qualidade na execução de suas atividades. Essa abordagem proporciona uma visão integrada e sistêmica dos processos, considerando toda a cadeia de atividades "ponta a ponta", o que contribui para a superação das limitações impostas por estruturas funcionais tradicionais e favorece uma gestão orientada a resultados.

No contexto da Cogerh, a adoção do BPM ultrapassa a mera formalização de manuais e fluxos operacionais, concentrando-se na transformação e no aperfeiçoamento dos processos de trabalho com o objetivo de promover ganhos de eficiência operacional e ampliar os resultados institucionais e sociais. O êxito prático na Companhia fundamenta-se na participação ativa e no engajamento de todos os níveis organizacionais, desde a liderança executiva até as equipes operacionais responsáveis pela execução das atividades.

Nesse sentido, ao longo de 2025, a Cogerh deu continuidade à aplicação da metodologia de melhoria de Processos com Foco em Riscos, reafirmando seu compromisso com as melhores práticas de governança. Utilizada estrategicamente desde 2019 pela Companhia, essa abordagem integra a mitigação de riscos à otimização dos fluxos de trabalho, promovendo operações mais seguras, eficientes e garantindo conformidade na prestação dos serviços públicos.

A metodologia contempla cinco etapas e está apresentada na figura a seguir:

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

Figura 7 - Metodologia Melhoria de Processos com Foco em Riscos



Fonte: Cogerh, 2025.

2.6.1 Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos

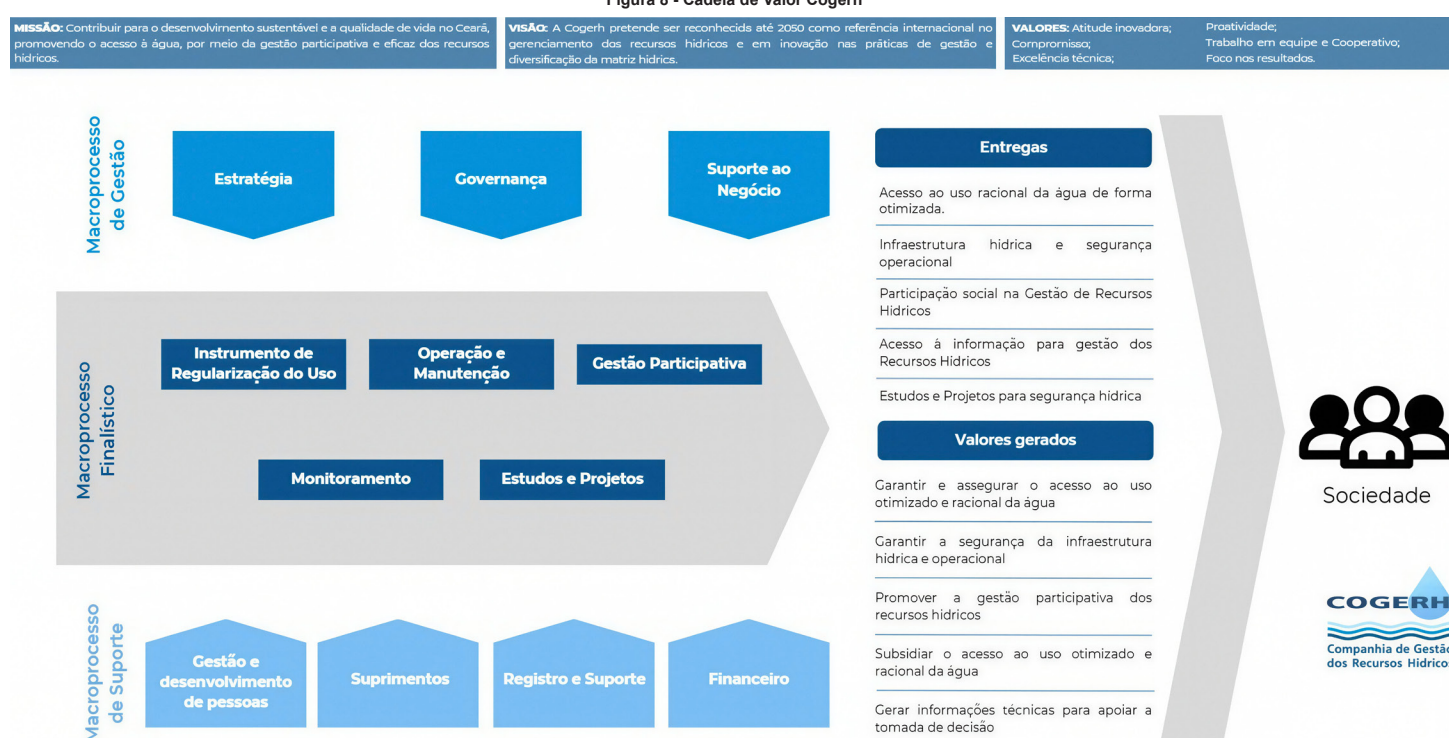
A Cadeia de Valor da Cogerh, atualizada em 2024, consolidou-se em 2025 como uma ferramenta essencial de gestão, sendo utilizada pela Companhia em diversas práticas de governança e como suporte à tomada de decisão.

Com o objetivo de elevar o nível de maturidade institucional, a Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade (ASGRC) iniciou, ainda em 2025, o processo de contratação de consultoria técnica especializada para o desenvolvimento da **Arquitetura de Processos** da Companhia.

Essa iniciativa visa a promover o desdobramento da Cadeia de Valor em níveis hierárquicos de processos, evidenciando as interações existentes entre as atividades organizacionais, a definição clara de responsabilidades e o alinhamento de cada processo com a geração de valor público. Dessa forma, busca-se fortalecer a gestão por processos, ampliar a integração entre as áreas e contribuir para o aprimoramento contínuo da eficiência e da efetividade institucional.

A figura a seguir representa graficamente a Cadeia de Valor da Cogerh.

Figura 8 - Cadeia de Valor Cogerh



Fonte: Cogerh, 2025.

2.6.2 Estruturação e Revisão dos Processos de Negócios

A metodologia "Melhoria de Processos com Foco em Riscos" estabelece as etapas essenciais para a estruturação e revisão dos processos da Cogerh. O ciclo inicia-se com a identificação dos processos prioritários a serem aprimorados, selecionados com base nos eventos de riscos estratégicos de maior criticidade. Essa definição é submetida à validação da Alta Gestão, garantindo o alinhamento entre as melhorias operacionais e as diretrizes da Companhia.

Nesse contexto, em 2025, a ASGRC conduziu a estruturação e a revisão de 10 (dez) processos vinculados aos macroprocessos finalísticos "Instrumento de Regularização do Uso" e de suporte "Suprimentos".

Na figura abaixo é possível verificar a quantidade de processos estruturados e revisados desde o ano de 2020 até o ano de 2025.



Fonte: Cogerh, 2025.

2.7 Controle Interno

O controle interno compreende o conjunto de processos, normas e diretrizes que apoiam a organização no alcance de seus objetivos estratégicos, assegurando uma gestão eficiente, responsável e transparente dos recursos públicos. Esse sistema é essencial para promover a conformidade normativa, mitigar riscos, prevenir irregularidades e fortalecer a transparência das operações institucionais.

Na Companhia, o controle interno desempenha papel relevante no fortalecimento da governança e no aprimoramento da gestão de riscos. Nesse contexto, ao longo de 2025, foram monitoradas as ações de tratamento e os indicadores de desempenho associados a cinco eventos de risco do 2º Ciclo de Gestão de Riscos. Ao todo, foram monitoradas 28 ações, sendo 9 em implementação e 19 ainda não implementadas.

Complementarmente, a ASGRC acompanhou a execução dos Planos de Ação de melhoria de três processos de negócio estruturados entre 2024 e 2025. Ao longo de 2025, foram realizadas cinco reuniões técnicas de monitoramento para verificar a implementação das ações propostas, cujos resultados estão apresentados na tabela a seguir. Ressalta-se que o percentual de conclusão reflete o estágio de maturidade de cada plano, bem como os prazos específicos estabelecidos para a implementação de cada ação.

Tabela 3 - Resultado Monitoramento dos Planos de Ação

Resultado Monitoramento dos Planos de Ação	
Processo	Conclusão
Realizar Cobrança	17%
Realizar Medição	6%
Gerenciar Contas de Energia Elétrica	68%

Fonte: Cogerh, 2025.

3. SUSTENTABILIDADE

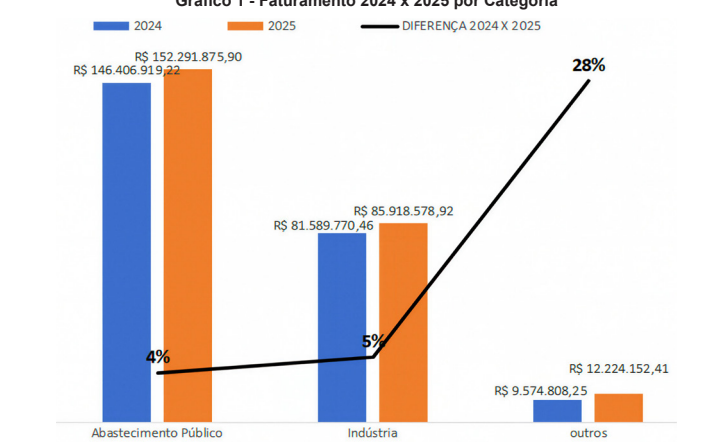
Em 2025 a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos apresentou resultado positivo. A Companhia alcançou uma receita líquida da atividade na ordem de R\$ 243,25 milhões em 2025, superior ao R\$ 228,23 milhões obtidos em 2024. A Receita Bruta, ou seja, a receita antes da dedução de tributos diretos e cancelamentos, em 2025 foi de R\$ 252,86 milhões, enquanto em 2024 foi de R\$ 237,80 milhões oriundos da cobrança de água bruta. Observa-se assim, que a Receita Líquida da Atividade teve um aumento de R\$ 15,01 milhões, enquanto a Receita Bruta teve um aumento de R\$ 15,05 milhões, quando comparado com o período de 2024.

Tabela 4 - Receita bruta 2025 x 2024

CONTA	2025	2024
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE	252.863.038	237.808.064
(-) PIS/COFINS	-9.215.737	-9.427.485
(-) CANCELAMENTO DE FATURAMENTO	-351.833	-143.310
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS	-45.251	-159
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE	243.250.216	228.237.130

Fonte: Cogerh, 2025.

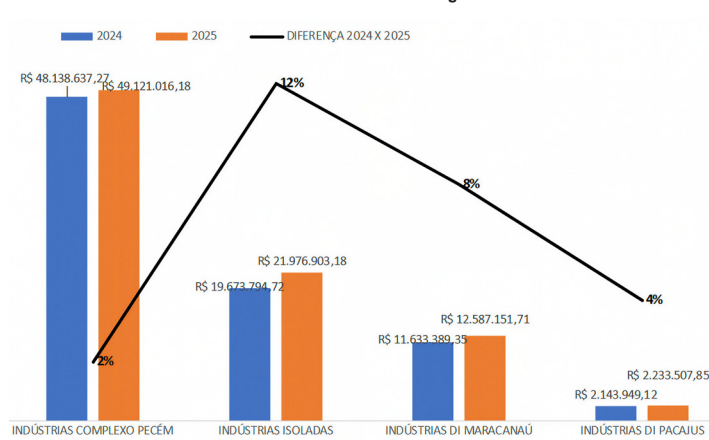
Gráfico 1 - Faturamento 2024 x 2025 por Categoria



Fonte: Cogerh, 2025.

O valor faturado da categoria Abastecimento Público, tendo como principal usuário a CAGECE, aumentou 4% em 2025, quando comparando com 2024. As demais categorias como: Piscicultura, Carcinicultura, Serviço e Comércio, Água Mineral, Agricultura Irrigada e Demais Usos, resultou um aumento 28% no mesmo período. Quanto a Categoria Indústria, houve um aumento do valor faturado no ano de 2025 de 5%.

Gráfico 2 - Detalhamento do Faturamento da Categoria Indústria 2024 X 2025



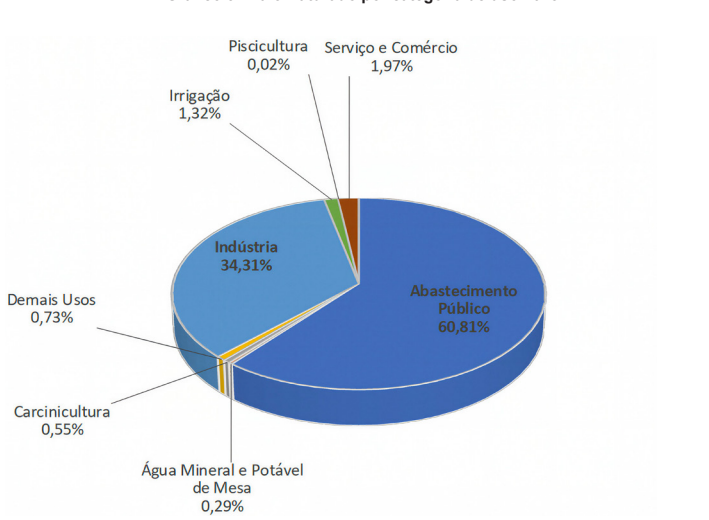
Fonte: Cogerh, 2025.

Dos usuários contemplados na categoria Indústria, os que tiveram maior aumento no faturamento foram os enquadrados como Indústria Isolada, com aumento de 12% e Indústria DI Maracanau, com acréscimo de 8%.

Em torno de 85% do valor faturado da Companhia no ano de 2025 foi oriundo de usuários localizados na bacia metropolitana. No entanto, o volume faturado na mesma bacia hidrográfica representou aproximadamente 35%. Isso ocorre devido a maior concentração do polo industrial do estado do Ceará estar localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo esta a categoria de maior peso tarifário.

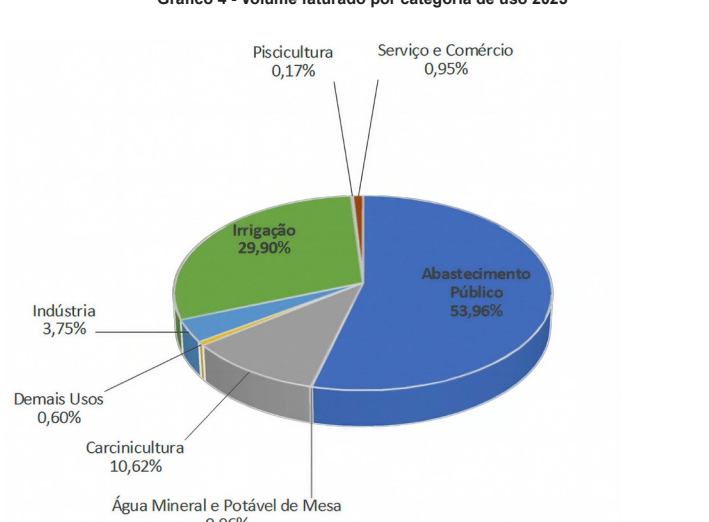
O modelo tarifário da Cogerh apresenta valores diferenciados de tarifas por categoria de uso, atendendo a premissa estabelecida do subsídio cruzado, tendo como base o estudo de capacidade de pagamento dos usuários, conforme Gráficos 3 e 4:

Gráfico 3 - Valor faturado por categoria de uso 2025



Fonte: Cogerh, 2025.

Gráfico 4 - Volume faturado por categoria de uso 2025



Fonte: Cogerh, 2025.

O volume total faturado em 2025 foi de 1.134.901.146,38m³, enquanto que em 2024 foi de 1.088.246.405,41m³, representando um acréscimo de 4%.

3.1 Custos e Despesas

Os custos e despesas de 2025 totalizaram R\$ 239,28 milhões, representando um aumento de 9,27% em relação a 2024. As variações mais relevantes ocorreram nos custos da atividade e nas despesas administrativas devido aos seguintes fatores:

- a) **Energia Elétrica:** referem-se a gasto energia das estruturas hídricas, teve uma redução de 9,39% equivalente a uma diminuição de R\$3,1 milhões. Em julho de 2025 a companhia começou com a contratação do mercado livre.
- b) **Locação de Veículos:** refere-se a gastos de locação de veículos, com um novo contrato em 2025, dessa forma houveram ajustes nos valores. O aumento foi de 22,13% equivalente a um acréscimo de R\$ 1,2 milhões.
- c) **Manutenção das Estruturas Hídricas:** referem-se a gastos com a manutenção de estações de bombeamento, estações elevatórias, canais, açudes e adutoras. O aumento correspondeu a 22,13% equivalente a um acréscimo de R\$ 4,92 milhões.
- d) **Provisão Causas Judiciais:** são valores correspondentes a provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios, desta forma no ano de 2025 teve um aumento de 100% equivalente a um acréscimo de 9 milhões, devido principalmente a um processo de ação judicial movida pela construção adutora na qual pleiteia valores em atraso e requer ressarcimento de supostos prejuízos.

Tabela 5 - Custos e despesas 2025 x 2024

	2025	2024
Custos e Despesas	(238.958.540)	(218.927.105)
Custo da Atividade	(168.503.015)	(159.268.721)
Despesas Tributárias	(29.299)	(35.896)
Despesas Comerciais	(567.907)	(801.757)
Despesas Administrativas	(69.858.319)	(58.820.731)

Fonte: Cogerh, 2025.

3.2 Resultado Financeiro

Conforme quadro abaixo, a Companhia registrou uma variação a maior de 66,22% no resultado financeiro de 2025 em relação ao de 2024, representando em valores absolutos o montante de 4,7 milhões de reais.

Tabela 6 - Resultado Financeiro 2025 x 2024

	2025	Var. %	2024	Var. R\$
Resultado Financeiro	11.775.794	66,22%	7.084.450	5.220.162
Receitas Financeiras	12.100.567	69,36%	7.144.814	4.955.753
(-) Despesas Financeiras	(324.773)	438,02%	(60.364)	264.409

Fonte: Cogerh, 2025.

3.3 Resultado Líquido

O incremento no lucro líquido em 2025 foi de 0,25% comparado a 2024 e decorre, principalmente, do de faturamento da atividade.

Tabela 7 - Receita Líquida 2025 x 2024

	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE	243.250.216	228.237.130
Custos e Despesas	(238.958.540)	(218.927.105)
Outras Receitas Operacionais	20.000	89.660
Resultado Financeiro	11.775.794	7.084.450
Provisão para IR e CSLL	(1.809.977)	(2.242.160)
Lucro Líquido	14.277.493	14.241.975

Fonte: Cogerh, 2025.

3.4 EBITDA

O EBITDA é uma importante ferramenta para dimensionar o potencial de geração de caixa das empresas. No cálculo do EBITDA não são consideradas as despesas não desembolsáveis como depreciação, amortização, e exaustão, como também as despesas financeiras e impostos sobre o lucro, visto que na metodologia de cálculo deste indicador considera-se que estas não possuem relação com a atividade operacional da empresa. Desta forma, o indicador serve para avaliar a qualidade de gestão operacional de caixa da empresa.

A Margem EBITDA é encontrada pela divisão do EBITDA pela Receita Líquida e mostra a lucratividade operacional da companhia. O cálculo do EBITDA ficou em R\$ 19.713.259 milhões que equivale a 8,10% da receita realizada em 2025, que foi R\$ 243.270.216 milhões.

Tabela 8 - EBITDA 2025 x 2024

	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE	243.270.216	228.326.790
Custos	(168.503.015)	(159.268.721)
Despesas Operacionais	(70.455.525)	(59.658.384)
Depreciação	15.401.582	13.642.887
EBITDA	19.713.259	23.042.572
MARGEM EBITDA	8,10%	10,09%

Fonte: Cogerh, 2025.

4. GESTÃO ESTRATÉGICA

Esta seção apresenta o modelo de Gestão Estratégica da Cogerh e está dividida em quatro tópicos: Planejamento Estratégico, Monitoramento de Resultados, e Gestão Orçamentária.

4.1 Planejamento Estratégico

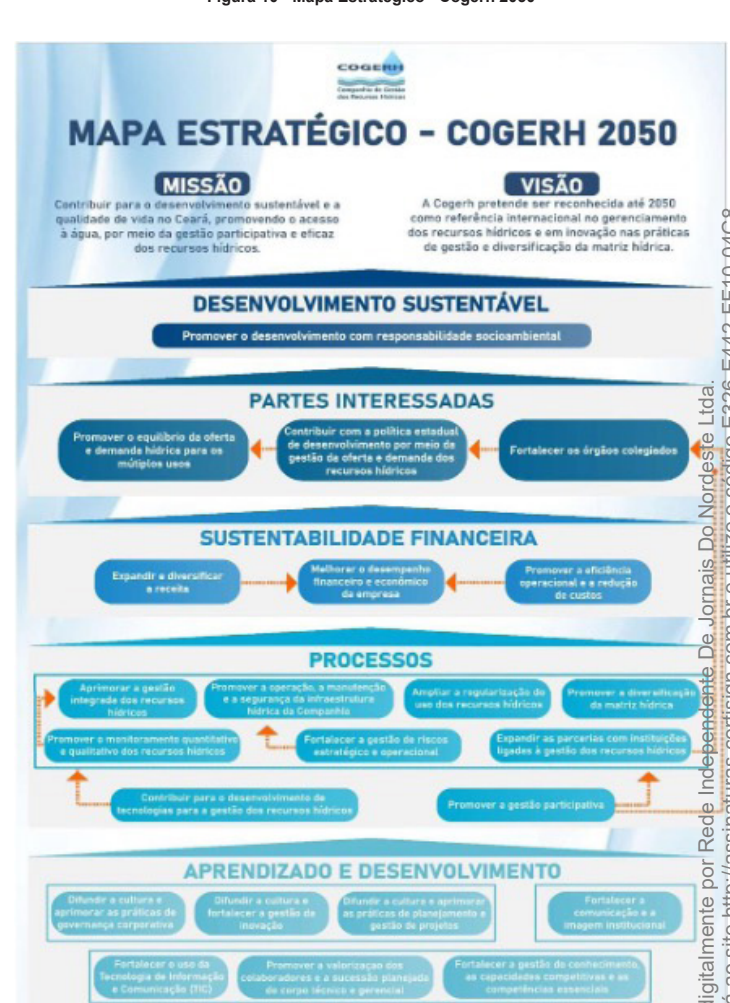
No Planejamento Estratégico (2022-2050) foram realizadas as seguintes atividades e análises: diagnóstico das condições organizacionais, análise das competências essenciais, análise dos stakeholders, análise dos cenários estratégicos, definição dos desafios de longo prazo, revisão da identidade organizacional, revisão do Mapa Estratégico e definição dos Projetos Estratégicos e Planos de Ação. Apresenta-se abaixo o modelo conceitual do novo Planejamento estratégico.

Orientada por sua missão, visão, valores e pela análise de seus pontos fortes e fortes e das ameaças e oportunidades de seu ambiente externo, a empresa definiu suas principais orientações estratégicas no longo prazo.

Essas orientações estratégicas, por sua vez, foram desdobradas em objetivos corporativos (nível estratégico) e objetivos setoriais (nível tático). A metodologia do Balanced Scorecard foi utilizada para promover esse alinhamento entre objetivos e estratégias. São quatro as perspectivas do BSC na organização: aprendizagem e desenvolvimento; processos e tecnologia; sociedade e mercado; econômico e financeiro.

Cada objetivo estratégico foi associado à indicadores de desempenho, à metas a serem alcançadas e à projetos a serem implementados, permitindo assim a verificação e acompanhamento da estratégia da Cogerh.

Figura 10 - Mapa Estratégico - Cogerh 2050



Fonte: Cogerh, 2025.

4.2 Modelo de Monitoramento de Resultados

O modelo de Gestão por Resultado, desenvolvido e implantado na Cogerh, é composto pela definição dos Objetivos Estratégicos e pelo monitoramento mensal de indicadores e metas estabelecidos para os níveis Corporativo (estratégico) e Setorial (tático). É importante ressaltar que, desde o ano de 2007, a Cogerh vem aprimorando um modelo de Gestão por Resultado (GPR). Neste modelo, objetivos estratégicos definidos no planejamento estratégico são monitorados e implementados por meio da metodologia BSC - *Balanced Scorecard*, que orienta as ações estratégicas da Companhia.

Apresenta-se a seguir a consolidação dos Objetivos Estratégicos, Metas, Indicadores de Desempenho, Projetos Estratégicos e Resultados alcançados no exercício de 2025:

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

Tabela 9 - Gestão a vista - Indicadores Corporativos 2025

PERSPECTIVA	GESTÃO À VISTA - CORPORATIVO - 2025				ACUMULADO	
	OBJETIVOS	NOME DO INDICADOR	META DO INDICADOR	% ACEITAÇÃO		
Desenvolvimento Sustentável	Promover o desenvolvimento com responsabilidade socioambiental	Projetos e Ações de Responsabilidade Socioambiental	80%	80%	91%	
Partes Interessadas	Promover o equilíbrio da oferta e demanda hídrica para os múltiplos usos	Eficiência na operação dos grandes vales perenizados	Entre -10% e +10%	Entre -10% e +10%	+1,70%	
	Fortalecer os órgãos colegiados	Gestão participativa em colegiados de recursos hídricos	2080	60%	75,14%	
	Expandir e diversificar a receita	Taxa de Crescimento do Faturamento	10%	10%	5,41%	
Sustentabilidade Financeira	Melhorar o desempenho econômico e financeiro da empresa	Lucratividade	3,61%	3,61%	5,40%	
	Melhorar o desempenho econômico e financeiro da empresa	Geração de caixa (EBITDA)	5,29%	5,29%	7,80%	
	Melhorar o desempenho econômico e financeiro da empresa	Índice de liquidez corrente (recursos próprios - Fonte 701)	2,00	2,00	5,87	
Processos	Promover a eficiência operacional e a redução dos custos	Custo Médio sobre Receita de tarifa média	≤ 95%	≤ 95%	98,37%	
	Promover a gestão participativa	Sistemas hídricos com alocação negociada	90%	90%	100%	
	Promover o monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos	Taxa de apúdes com estado trófico avaliados	100%	90%	99,50%	
	Fortalecer a gestão do risco estratégico e operacional	Classificação de risco das barragens da Cogerh	95%	95%	98,9%	
	Expandir as parcerias com instituições ligadas à gestão dos recursos hídricos	Resultados de Parcerias Estratégicas Firmadas	20%	20%	100%	
	Ampliar a regularização do uso dos recursos hídricos	Índice de eficiência de apoio fiscalização do uso dos recursos hídricos	Usuários vistoriados com infração	30%	30%	50%
	Aprimorar a gestão integrada dos recursos hídricos	Aqüíferos monitorados	4.710 medições	80%	80%	92%
	Promover a operação, a manutenção e a segurança da infraestrutura hídrica da Companhia	Manutenção preventiva das Estações de Bombeamento Estratégicas	70%	70%	100%	
	Aprendizagem e Desenvolvimento	Difundir a cultura e aprimorar as práticas de governança corporativa	Reports de Gestão de Risco	12 reuniões	60%	83,33%
		Difundir a cultura e aprimorar as práticas de planejamento e gestão de projetos	Percentual de Execução de Projetos Estratégicos (Priorizados)	30%	30%	41,67%
Difundir a cultura e fortalecer a gestão da inovação		Percentual de Execução de Projetos Inovadores da Cogerh	8%	8%	19,6%	
Fortalecer a comunicação e a imagem institucional		Índice de citações ou reportagens nos principais veículos de imprensa e portais online sobre a Cogerh	300	60%	22,33%	
Promover a valorização dos colaboradores e a sucessão planejada do corpo técnico e gerencial		Índice de clima organizacional (ICO)	≥ 70%	≥ 70%	92%	
Fortalecer o uso da Tecnologia da Informação e a Comunicação (TIC)		Processos Informatizados	70%	70%	73,61%	
Fortalecer a gestão do conhecimento, as capacidades competitivas e as competências essenciais		Monitoramento da gestão do conhecimento (MGC)	≥ 80 horas/aulas	≥ 80 horas/aulas	157,30	

Fonte: Cogerh, 2025.

4.3 Execução orçamentária

A Cogerh adota uma metodologia de elaboração de orçamento baseado em premissas que permitem realizar uma projeção de receita oriunda da cobrança de tarifa de água bruta anualmente. Ao passo que a fixação das despesas/custos além de se basearem em histórico e contratos já existentes, leva em consideração a previsão meteorológica em relação a quadra chuvosa do ano que se planeja, tendo em vista a afetação sobre uma das principais despesas que é a de energia elétrica demandada pela operação de estações de bombeamento que permitem a transposição de águas entre as bacias hidrográficas, com vistas a atender principalmente a região metropolitana, a qual possui maior população no Estado e por conseguinte maior demanda de água. Com isso são estabelecidas metas de indicadores financeiros como lucratividade, EBITDA e Liquidez, tudo isso equalizado com o fluxo de caixa projetado, respeitando o limite mínimo de caixa estabelecido pelo Conselho de Administração que em 2025 foi de R\$ 30 milhões. Depois da aprovação do Orçamento em todas as instâncias, inicia-se o processo de monitoramento mensal da execução orçamentária por meio de reuniões de Diretoria, Fóruns de Avaliação e Gestão-FAC's Corporativos e Setoriais. Trimestralmente a Coordenação de Orçamento organiza as reuniões de revisão detalhada do orçamento vigente. A execução do orçamento de investimento em 2025 ficou abaixo do esperado tendo sido executado apenas 41,3% do total de investimentos planejados, isto é, de um total de R\$ 39.527.952, aprovados para serem realizados em 2025 a Cogerh realizou R\$ 16.338.863 com recursos próprios. Além disso realizou mais R\$ 3.423.560 com recursos captados. Por outro lado, isso contribuiu para o aumento do valor da caixa e também para a geração de receitas financeiras como pode ser observado no item "3.2 resultado financeiro". Apresenta-se a seguir a execução orçamentária do custeio da Cogerh no exercício de 2025.

Tabela 10 - Execução orçamentária da Cogerh - 2025

	RECEITA	ORÇADO R\$	PESO	REALIZADO R\$	REALIZADO/ORÇADO
1	Faturamento	247.090.185	97,51%	252.465.954	102,18%
2	Financeira	6.300.000	2,49%	10.733.151	170,37%
	TOTAL	253.390.185	100,0%	263.199.105	103,87%

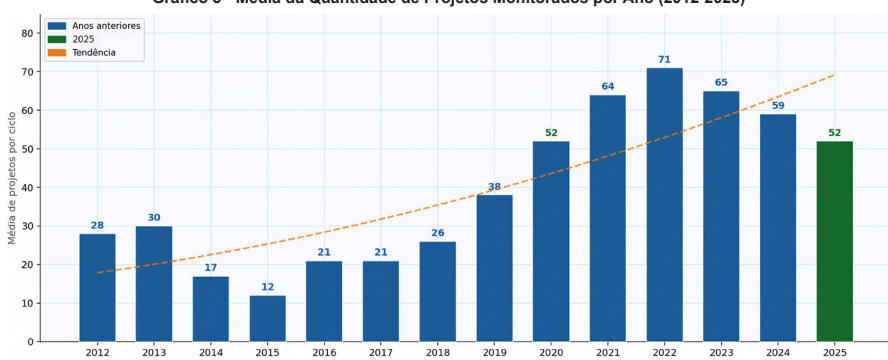
	DESPESAS CORRENTES	ORÇADO R\$	PESO	REALIZADO R\$	REALIZADO/ORÇADO
1	Pessoal	112.394.765	46,04%	112.388.170	99,99%
2	Manutenção Patrimonial	31.153.301	12,76%	30.529.869	98,00%
3	Energia Elétrica	30.007.719	12,29%	29.959.514	99,84%
4	Depreciação/Amortização	13.500.000	5,53%	16.309.718	120,81%
5	Transportes/Deslocamentos	12.257.096	5,02%	11.398.487	93,00%
6	Tributos	10.982.620	4,50%	10.978.550	99,96%
7	Segurança/Vigilância	8.724.200	3,57%	8.711.551	99,86%
8	Repasso Governo do Estado - Lei Nº 16852/2019	7.426.706	3,04%	7.426.594	100,00%
9	Serviços de Terceiros	6.355.818	2,60%	5.710.442	89,85%
10	Despesas Administrativas	5.184.360	2,12%	5.097.999	98,33%
11	Comitês de Bacia	2.893.652	1,19%	1.129.673	39,04%
12	Publicidade e Eventos	1.316.096	0,54%	1.055.338	80,19%
13	Comunicação/Telecomunicação	576.400	0,24%	492.841	85,50%
14	Tecnologia da Informação	334.973	0,14%	252.809	75,47%
15	Qualificação Profissional	1.017.939	0,42%	54.239	5,33%
	TOTAL	244.125.644	99,46%	241.495.795	98,92%

Fonte: Cogerh, 2025.

5. GESTÃO DE PROJETOS CORPORATIVOS

O Escritório de Projetos Corporativos (EPC) tem como missão apoiar os Gerentes de Projetos da Cogerh no planejamento e gerenciamento eficaz dos projetos estratégicos. Seu papel inclui monitorar a implementação dos projetos corporativos de forma sistemática e coordenar a metodologia de Priorização de Projetos junto à alta gestão. Desde 2012, a Cogerh organiza e executa seus projetos estrategicamente, registrando uma expansão contínua da carteira até 2022 - ano em que atingiu a maior média histórica, com 71 projetos por ciclo. Nos anos seguintes, o portfólio passou por um processo de consolidação, refletindo uma gestão mais seletiva e alinhada à capacidade de entrega da Companhia. Essa evolução é evidenciada pela média anual de projetos monitorados, conforme ilustrado no Gráfico 5.

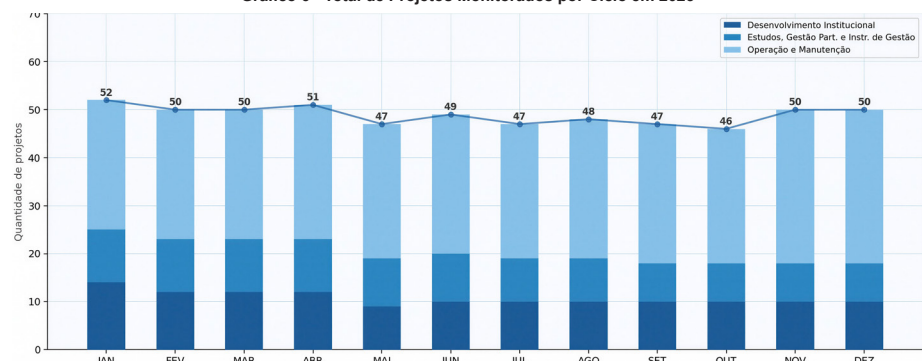
Gráfico 5 - Média da Quantidade de Projetos Monitorados por Ano (2012-2025)



Fonte: Cogerh, 2025.

O processo de monitoramento é denominado ciclo, organizado em três reuniões mensais que cobrem os seis eixos de atuação da Companhia, contando com a participação de Diretores, Gerentes de Projetos, equipes de projeto e colaboradores-chave. Em 2025, o EPC monitorou 66 projetos ao longo do ano, com uma média de 52 projetos por ciclo, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Total de Projetos Monitorados por Ciclo em 2025

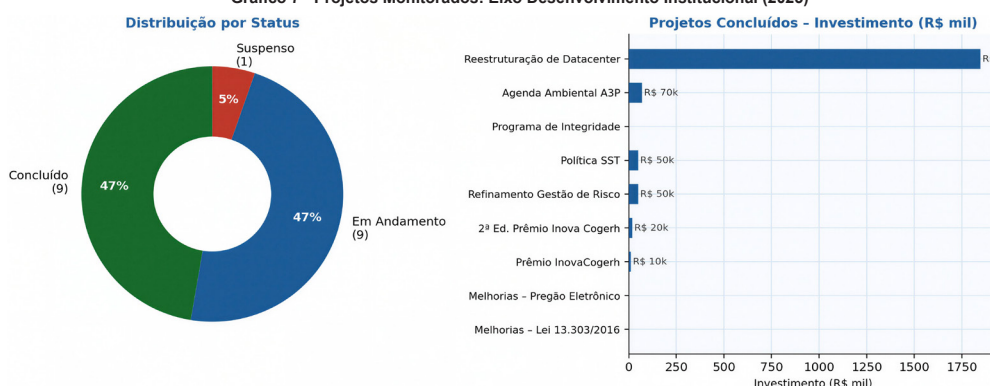


Fonte: Cogerh, 2025.

5.1 Projetos do Eixo de Desenvolvimento Institucional

Na primeira reunião de monitoramento do ciclo, são avaliados os projetos do eixo de Desenvolvimento Institucional. Em 2025, foram monitorados 19 projetos nesse eixo, com destaque para a conclusão de 9 iniciativas: a Reestruturação de Datacenter e Aquisição de Ferramentas de Apoio Técnico/Administrativo, a Implantação da Agenda Ambiental Pública (AAP), a Elaboração e Implementação da Política de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho, o Desenvolvimento e Implantação do Programa de Integridade, o Refinamento da Gestão de Risco, a 2ª Edição do Prêmio Inova Cogerh e as melhorias de processos de aquisição. O investimento consolidado dos projetos concluídos com valor informado nesse eixo foi de R\$ 2.047.086,42, refletindo o compromisso da Cogerh com o fortalecimento institucional e a modernização administrativa.

Gráfico 7 - Projetos Monitorados: Eixo Desenvolvimento Institucional (2025)



Fonte: Cogerh, 2025.

A seguir é apresentada a listagem dos projetos monitorados em 2025 no eixo de Desenvolvimento Institucional.

Tabela 11 - Projetos Monitorados no Eixo Desenvolvimento Institucional em 2025

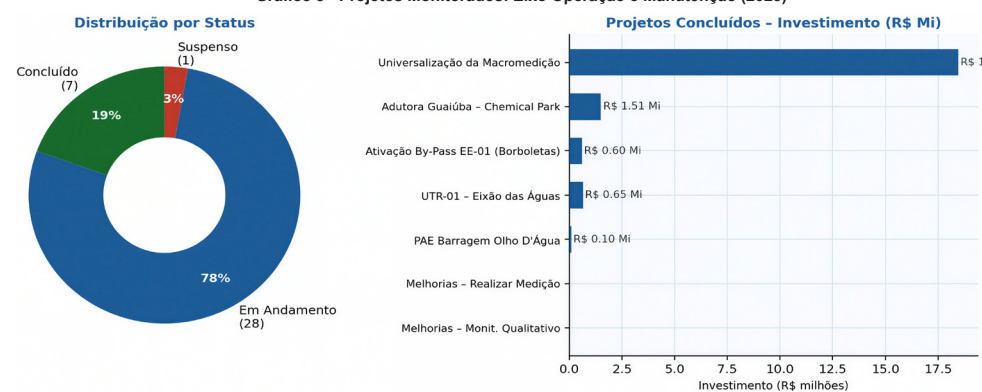
Status	Projeto
Andamento	Automação dos processos de Faturamento e Cobrança
Andamento	Construção da Sede Regional do Crato
Andamento	Construção da Sede Regional de Limoeiro do Norte
Andamento	Implantação da Metodologia da IA-CM na Auditoria Interna da Cogerh
Andamento	Plano de Comunicação da Cogerh
Andamento	Plano Estratégico de Implementação da LGPD na Cogerh
Andamento	Projeto da Sede Regional de Iguatu
Andamento	Reformulação do Site da Cogerh
Andamento	Reestruturação do Escritório de Projetos
Andamento	Saberes das Águas
Concluído	2ª Edição do Prêmio Inova Cogerh - Ideias Inovadoras e Boas Práticas
Concluído	Desenvolvimento e Implantação do Programa de Integridade na COGERH
Concluído	Elaboração e Implementação da Política de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho
Concluído	Implantação das Melhorias e Controles - Aquisição por Pregão Eletrônico
Concluído	Implantação das Melhorias e Controles - Regime Licitatório Lei nº 13.303/2016
Concluído	Implantação da Agenda Ambiental Pública - AAP
Concluído	Prêmio InovaCogerh - Ideias e Boas Práticas
Concluído	Reestruturação de Datacenter e Aquisição de Ferramentas de Apoio Técnico/Administrativo
Concluído	Refinamento da Gestão de Risco

Fonte: Cogerh, 2025.

5.2 Projetos do Eixo de Operação, Manutenção e monitoramento quantitativo e qualitativo

Na segunda reunião de monitoramento do ciclo, são avaliados os projetos do eixo de Operação, Manutenção e monitoramento quantitativo e qualitativo, que constitui o maior conjunto da carteira corporativa. Em 2025, foram monitorados 36 projetos nesse eixo, com destaque para a conclusão de 7 iniciativas. Entre os projetos concluídos, destacam-se a Universalização da Macromedição, com investimento de R\$ 18.468.165,91, e a Adutora Gualiúba - Chemical Park (R\$ 1.505.432,80). O montante total dos projetos concluídos com valor informado neste eixo foi de R\$ 21.323.599,09, evidenciando o expressivo volume de investimentos em infraestrutura hídrica operacional.

Gráfico 8 - Projetos Monitorados: Eixo Operação e Manutenção (2025)



Fonte: Cogerh, 2025.

A Tabela 12, a seguir, apresenta a lista detalhada dos projetos monitorados em 2025 no eixo de Operação, Manutenção e monitoramento quantitativo e qualitativo.

Tabela 12 - Projetos Monitorados no Eixo Operação e Manutenção em 2025

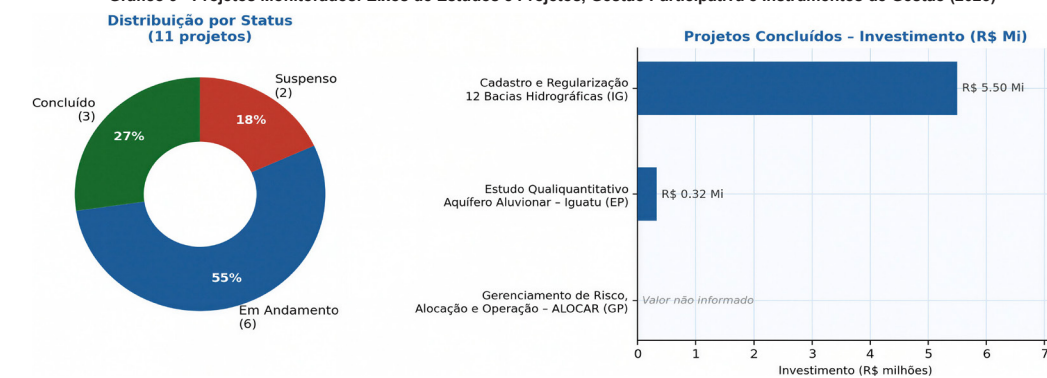
Status	Projeto
Andamento	Adutora Água Verde - Gualiúba
Andamento	Construção da Adutora das localidades de Retiro e Carneiro - Chaval
Andamento	Consultoria Especializada em Instrumentação Geotécnica
Andamento	Desenvolvimento de Ferramentas Tecnológicas para Gestão de Segurança de Barragens
Andamento	Diagnóstico de Segurança e Projeto Básico de Recuperação da Barragem Olho D'Água
Andamento	Implementação do Plano de Ação de Emergência da Barragem Jaburu I
Andamento	Obras de Recuperação da Barragem do Batalhão em Cratús/CE
Andamento	Passagem Molhada - rio Aracati, Distrito de Barreiras, Bela Cruz/CE
Andamento	Passagem Molhada - rio Aracati-Mirim, Várzea Grande, Amontada/CE
Andamento	Passagem Molhada - rio Aracati-Mirim, Sítio Ema, Amontada/CE
Andamento	Plano de Segurança das Barragens Gavião e Banabuiú
Andamento	Recuperação da Barragem Batente em Ocara/CE
Andamento	Recuperação da Barragem Canafistula em Iracema/CE
Andamento	Recuperação da Barragem Carnaubal
Andamento	Recuperação da Barragem Cipoada
Andamento	Recuperação da Barragem Jaburu II em Independência/CE
Andamento	Recuperação da Barragem Monsenhor Tabosa em Monsenhor Tabosa/CE
Andamento	Recuperação da Barragem Pacajus em Pacajus/CE
Andamento	Recuperação da Barragem Pacoti
Andamento	Recuperação da Barragem Pau Preto
Andamento	Recuperação da Barragem Poço Verde
Andamento	Recuperação da Barragem Potiretama em Potiretama/CE
Andamento	Recuperação da Barragem Trapiá III
Andamento	Rede de Distribuição de Abaiara
Andamento	Reestruturação da Automação da EB Talba
Andamento	Requalificação do Reservatório da Estação de Bombeamento DI Maracaná
Andamento	Sistema de Monitoramento e Segurança Eletrônica Remota em Estações de Bombeamento
Andamento	Transição para Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL
Suspensão	Recuperação da Estrutura Vertente da Barragem Jaburu I
Concluído	Ativação do By-Pass na EE-01 com Instalação de Válvulas Borboletas nas Adutoras
Concluído	Adutora Gualiúba - Chemical Park
Concluído	Elaboração do Plano de Ação de Emergência da Barragem Olho D'Água
Concluído	Fornecimento e Substituição da UTR-01 do Trecho I do Eixão das Águas
Concluído	Implantação de Melhorias e Controles - Realizar Medição
Concluído	Implantação de Melhorias e Controles - Realizar Monitoramento Qualitativo
Concluído	Universalização da Macromedição

Fonte: Cogerh, 2025.

5.3 Projetos dos Eixos de Estudos e Projetos, Gestão Participativa e Instrumentos de Gestão

A terceira reunião do ciclo de monitoramento acompanha os projetos de três eixos complementares: Estudos e Projetos, Gestão Participativa e Instrumentos de Gestão. Em 2025, foram monitorados 11 projetos nesses eixos, com destaque para as seguintes conclusões: o Estudo Quali-quantitativo do Aquífero Aluvionar do Jaguaribe - Iguatu (R\$ 324.960,86), o Gerenciamento de Risco, Alocação e Operação dos Sistemas de Recursos Hídricos - ALOCAR, e o Cadastro e Regularização de Uso dos Recursos Hídricos das 12 Bacias Hidrográficas (R\$ 5.500.000,00). O montante total dos projetos concluídos com valor informado nesses eixos foi de R\$ 5.824.960,86.

Gráfico 9 - Projetos Monitorados: Eixos de Estudos e Projetos, Gestão Participativa e Instrumentos de Gestão (2025)



Fonte: Cogerh, 2025.

A Tabela 13 apresenta a listagem completa dos projetos monitorados em 2025 nos três eixos.

Tabela 13 - Projetos Monitorados nos Eixos de Estudos e Projetos, Gestão Participativa e Instrumentos de Gestão em 2025

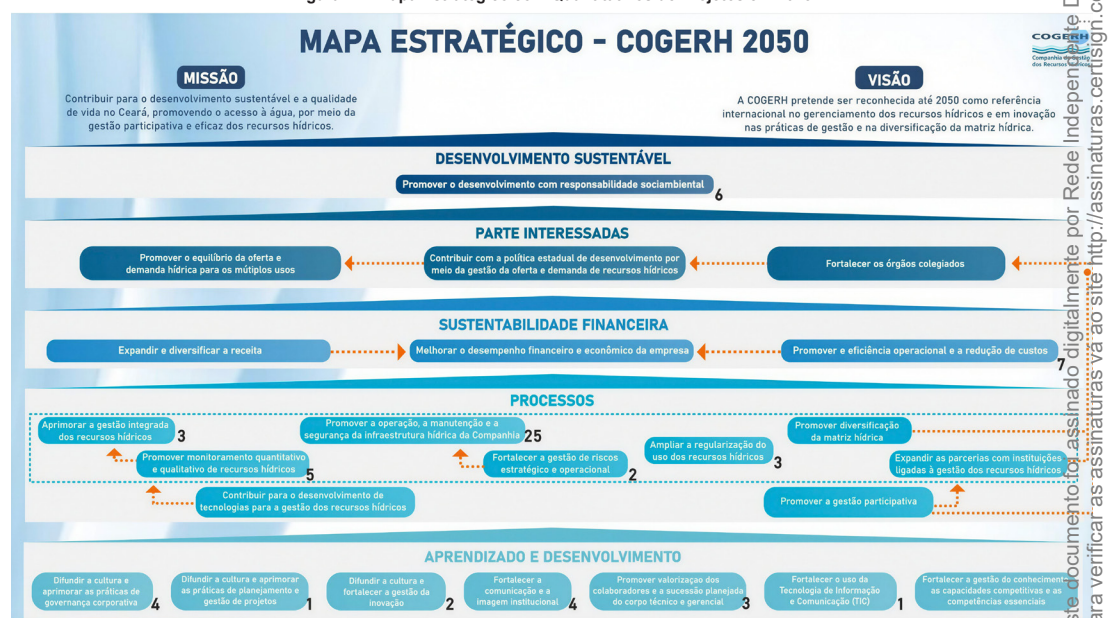
Eixo	Status	Projeto
Estudos e projetos	Andamento	Estudo Quali-quantitativo das Águas Subterrâneas da Bacia Potiguar
Estudos e projetos	Concluído	Estudo Quali-quantitativo do Aquífero Aluvionar do Jaguaribe - Iguatu
Estudos e projetos	Suspensão	Aproveitamento das Águas de Drenagem Urbana da Bacia do Rio Maranguapinho para o CIPP
Estudos e projetos	Suspensão	Inventários Ambientais dos Agudes Gerenciados pela Cogerh
Gestão participativa	Andamento	Estudo Quali-quantitativo dos Aquíferos da Região de Itarema e Aracati no Estado do Ceará
Gestão participativa	Andamento	Plano de Conservação e Saneamento Ecológico da Microbacia do Rio Gererá
Gestão participativa	Andamento	Programa de Monitoramento Isotópico dos Aquíferos da Bacia do Araripe e Agu na Bacia Potiguar
Gestão participativa	Concluído	Gerenciamento de Risco, Alocação e Operação dos Sistemas de Recursos Hídricos - ALOCAR
Instrumentos de gestão	Andamento	Implantação de Melhorias e Controles - Conceder Outorga
Instrumentos de gestão	Andamento	Implantação de Melhorias do Processo - Apoiar Fiscalização
Instrumentos de gestão	Concluído	Cadastro e Regularização de Uso dos Recursos Hídricos das 12 Bacias Hidrográficas

Fonte: Cogerh, 2025.

5.4 Execução da Estratégia

Os projetos monitorados ao longo de 2025 contribuíram com múltiplos objetivos estratégicos da Companhia, distribuídos pelas perspectivas do Mapa Estratégico Cogerh 2050. A Figura 11 apresenta o Mapa Estratégico com os quantitativos de projetos alinhados a cada objetivo.

Figura 11 - Mapa Estratégico com Quantitativos de Projetos em 2025



Fonte: Cogerh, 2025.

Este documento foi assinado digitalmente por Rede Independente de Mídia. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certsign.com.br e utilize o código 1526-E442-F1-10-04-C6.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

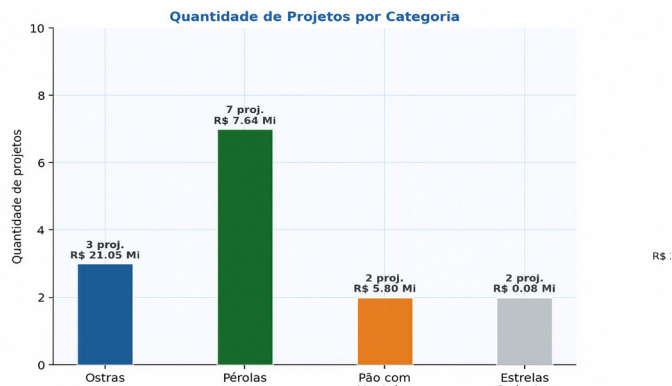
Dentre os objetivos que receberam as maiores contribuições, destaca-se "Promover a operação, manutenção e segurança da infraestrutura hídrica", com 25 projetos alinhados - o maior quantitativo entre todos os objetivos estratégicos -, reflexo direto da concentração de projetos no eixo de Operação e Manutenção. Na sequência, destacam-se "Promover o desenvolvimento com responsabilidade socioambiental" (6 projetos), "Promover a eficiência operacional e a redução de custos" (6 projetos) e os objetivos da perspectiva de Aprendizagem e Desenvolvimento, que em conjunto receberam 15 projetos - crescimento expressivo em relação ao ciclo anterior. No total, 65 dos 68 projetos monitorados em 2025 foram vinculados a objetivos estratégicos, demonstrando o elevado nível de alinhamento do portfólio corporativo ao Planejamento Estratégico Cogerh 2025.

5.5 Priorização de Projetos 2025

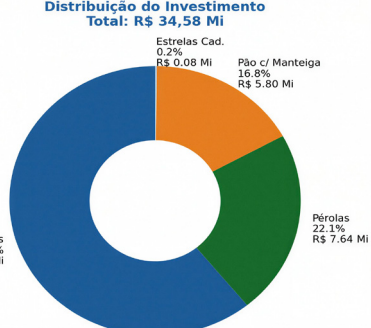
Em 2019, a Cogerh desenvolveu uma metodologia de Priorização de Projetos, pensada para facilitar e otimizar a tomada de decisões pela Diretoria. Essa metodologia avalia cada proposta com base em dois eixos: a Contribuição Estratégica - que considera aderência aos objetivos corporativos, viabilidade econômica-financeira, mitigação de riscos, urgência, qualidade do estudo técnico preliminar e alinhamento com os instrumentos de planejamento de recursos hídricos - e as Chances de Sucesso - que avaliam concretamente da equipe, riscos e incertezas, disponibilidade de pessoas, comprometimento das partes interessadas, complexidade e exigências legais. Desde sua implementação em 2020, a Companhia realiza anualmente a priorização de seu portfólio de projetos.

Em 2025, o processo de priorização, voltado à composição do portfólio 2026, foi conduzido entre agosto e outubro pelo EPC em conjunto com o Comitê Estratégico, composto por representantes da Presidência e das três Diretorias (DIAFI, DIPLAN e DIOPE). Foram analisadas 22 propostas de projetos. Após avaliação pelo Comitê Estratégico, 14 projetos foram priorizados, correspondendo a 63,63% do total analisado. O investimento originalmente proposto somou R\$ 51.615.991,30, sendo R\$ 34.575.991,30 (67%) efetivamente priorizados e aprovados no orçamento.

Gráfico 10 - Priorização de Projetos 2025 - Distribuição por Categoria



Distribuição do Investimento



Fonte: Cogerh, 2025.

A Tabela 14 apresenta a relação dos 14 projetos priorizados, com sua respectiva classificação na matriz e orçamento aprovado.

Tabela 14 - Projetos Priorizados no Processo de Priorização 2025

Código	Projeto	Orçamento
PJ 01	Recuperação da Barragem Angicos	R\$ 1.000.000,00
PJ 02	Revitalização da Estação de Bombeamento - EB Pecém	R\$ 20.000.000,00
PJ 06	Implantação do Programa de Sucesso da COGERH	R\$ 180.000,00
PJ 07	3ª Edição do Prêmio Inova Cogerh	R\$ 40.000,00
PJ 08	Banco de Ideias	-
PJ 11	Revisão do Projeto de Reforço da Drenagem da Barragem Jaburu I	R\$ 815.000,00
PJ 12	Projeto de Implantação do Sistema de Telemetria para Monitoramento de Segurança de Barragens	R\$ 5.760.991,30
PJ 13	Implantação da Norma ISO 26.000 - Diretrizes de Responsabilidade Social na Cogerh	R\$ 80.000,00
PJ 14	Modernização da Medição de Consumo de Água Bruta com Medidores Ultrassônicos Fixos	R\$ 2.700.000,00
PJ 15	Modernização dos Cavaletes de Medição da COGERH	R\$ 750.000,00
PJ 16	Estudo Qualiquantitativo Aquífero Dunas na Vila do Preá	R\$ 1.200.000,00
PJ 17	Estudo Qualiquantitativo dos Aquíferos em Icapuí	R\$ 500.000,00
PJ 21	Proposta de Implantação da ISO 9001 na Gerência de Operações-GEPOE	R\$ 50.000,00
PJ 22	Execução de Sistema de Combate a Incêndio nas Estações Elevatórias EE-01 e EE-02	R\$ 1.500.000,00
Total		R\$ 34.575.991,30

Fonte: Cogerh, 2025.

A análise por classificação revela a seguinte distribuição do portfólio priorizado:

1) "Ostras" - Alta contribuição estratégica, maior complexidade/risco (R\$ 21.050.000,00 | 60,88%). A maior parcela dos investimentos concentrou-se nesta categoria, com 3 projetos priorizados. A seleção reflete a decisão institucional de alocar recursos em iniciativas de alto impacto estratégico - especialmente na infraestrutura hídrica operacional - que, por sua natureza, exigem maior capacidade de gestão de riscos e maturidade técnica do corpo gerencial. O destaque é a Revitalização da Estação de Bombeamento - EB Pecém, com orçamento de R\$ 20 milhões.

2) "Pérolas" - Alta contribuição estratégica e altas chances de sucesso (R\$ 7.645.000,00 | 22,11%). Com 7 projetos priorizados, esta é a categoria com o maior número de iniciativas, combinando valor estratégico elevado e alta exequibilidade. Ao reservar parcela significativa do orçamento para as "Pérolas", a Companhia assegura retornos consistentes no curto e médio prazos, com baixo risco residual. Destacam-se a Modernização da Medição de Consumo de Água Bruta com Medidores Ultrassônicos Fixos (R\$ 2,7 milhões) e os estudos qualiquantitativos de aquíferos.

3) "Pão com Manteiga" - Menor risco e incerteza, alta probabilidade de entrega (R\$ 5.800.991,30 | 16,78%). Com 2 projetos, esta categoria sustenta o equilíbrio do portfólio, ancorando a taxa de sucesso e garantindo entregas contínuas de valor operacional. O Projeto de Implantação do Sistema de Telemetria para Monitoramento de Segurança de Barragens, com orçamento de R\$ 5.760.991,30, representa a principal iniciativa dessa classe.

4) "Estrelas Cadentes" - Baixa contribuição estratégica relativa e menores chances de sucesso (R\$ 80.000,00 | 0,23%). A participação marginal desta categoria evidencia a diligência da Cogerh na alocação de recursos, privilegiando critérios de impacto e viabilidade. As duas iniciativas classificadas nesta faixa permanecem no radar estratégico para reavaliação em ciclos futuros.

É importante ressaltar que os critérios de priorização são revisados anualmente para refletir os cenários e os objetivos estratégicos vigentes, sendo natural que as classificações dos projetos se alterem entre ciclos conforme os pesos e o contexto regulatório e operacional se modificam. Em conclusão, o processo de priorização 2025, além de possibilitar uma alocação de recursos eficaz e alinhada às metas corporativas, reforça a governança do portfólio e pavimentou o caminho para o crescimento sustentável da Companhia.

6. GESTÃO DE PESSOAS

Dispor de uma força de trabalho capacitada e engajada, aderente a um ambiente organizacional favorável à inovação e ao comprometimento de resultados, são fatores essenciais para que a COGERH possa cumprir sua missão, principalmente, no que concerne à nova realidade imposta pelo Novo Marco Legal decorrido desde a promulgação da Lei Federal nº 13.303/2016 (Estatuto das Empresas Estatais).

Para tanto, a COGERH adota uma Política de Gestão de Pessoas alinhada aos pilares que dão sustentação ao seu planejamento estratégico, buscando a promoção da valorização de seu corpo funcional, por meio de ações que primam pelo desenvolvimento de competências individuais que contribuam, efetivamente, no incremento das competências corporativas.

Durante o exercício de 2025, a COGERH deu continuidade a iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão estratégica de pessoas, orientadas por princípios, diretrizes e instrumentos alinhados ao planejamento institucional. Essas ações contribuíram para o aprimoramento da gestão da força de trabalho e para o alinhamento entre trabalhadores(as), objetivos estratégicos e resultados institucionais.

Dentre as principais frentes de atuação, destacam-se:

• **Gestão do Plano Cargos, Carreiras e Salários (PCCS):** - A Companhia mantém em vigor o Plano de Cargos, Carreiras e Salário - PCCS, instrumento estruturante que sistematiza e define as regras, a estrutura de cargos, estabelecendo critérios de enquadramento dos(as) empregados(as) efetivos(as). Em 2025, o modelo do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) foi mantido integralmente, permanecendo em vigor a versão revisada e atualizada em 2024, sem a realização de novas alterações.

• **Gestão do Plano de Funções Gratificadas e Comissionadas (PFGC):** Em 2025, a COGERH manteve o Plano de Funções Gratificadas e Comissionadas (PFGC), estruturado em 2021, atualizado anualmente, em plena conformidade com suas definições e regras. O instrumento continua a fortalecer a governança, a transparência e a eficiência na gestão das funções de confiança, garantindo o alinhamento entre responsabilidades, requisitos de qualificação e diretrizes institucionais. O PFGC permanece como um recurso estratégico de Gestão de Pessoas, complementar ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), estabelecendo princípios, normas gerais, atribuições, parâmetros remuneratórios, entre outros aspectos, reforçando a ocupação eficiente de posições de liderança e assessoramento.

• **Programa de Remuneração Variável (PRV) 2025:** a Companhia mantém implementado o PRV, sendo o seu sétimo ano de pagamento dos valores inerentes ao programa, mecanismo que consiste no repasse de parte do resultado da instituição aos(as) seus(suas) trabalhadores(as), em virtude de sua contribuição no alcance dos resultados e metas estratégicas da Companhia. O Programa de Remuneração Variável (PRV) é um instrumento de remuneração estratégica que assegura a participação dos(as) empregados(as) públicos(as) nos resultados da Companhia, com base no cumprimento de metas corporativas e setoriais previamente estabelecidas. Seu objetivo é alinhar o desempenho institucional aos resultados organizacionais, incentivando a produtividade, o comprometimento e a geração de valor.

• **Programa de Bônus por Alcance de Resultados (PBAR) 2026:** é um instrumento de incentivo destinado aos(as) ocupantes de empregos comissionados, que estabelece regras e procedimentos para a concessão de bônus vinculados ao desempenho e ao alcance de resultados institucionais durante o exercício. Tem por finalidade estimular a elevação da eficiência, da qualidade e da inovação nos processos e serviços da Companhia, fortalecer o engajamento coletivo no cumprimento das metas globais e contribuir para a sustentabilidade organizacional por meio da melhoria dos resultados. O PBAR, passou por aprovação do Conselho de Administração, regendo-se por regulamento próprio, fundamentado no § 4º do art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).

Gestão de Benefícios: nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2026, são proporcionados aos(as) empregados(as) da Companhia diversos benefícios, tais como: Gratificação de Titularidade; Incentivo por Tempo de Serviço; Remuneração Variável; Vale-Alimentação e Refeição; Auxílio Creche e Educação; Reembolso de Medicamentos; Auxílio-Moradia; Auxílio Dependente com Deficiência; Assistência Médica e Odontológica; Seguro de Vida; Complementação de Auxílio-Doença; Auxílio Funeral; Licença Maternidade e Paternidade; Flexibilização para Necessidades Especiais; Abono Amamentação e benefícios de calendário, a exemplo da concessão de folga no dia do aniversário, dias de luto, dentre outros. Um ponto em destaque em 2025, foi com relação à criação do Abono Empresa Lactante, além da instituição do plano de previdência complementar para os(as) empregados(as).

• **Avaliação de Desempenho com Foco em Competências:** a Companhia mantém implantada em plena operacionalização a metodologia de avaliação de desempenho com foco em competências,

com uso de sistema específico para tal fim. Os dados decorrentes do processo de avaliação são utilizados como subsídios para diversas tomadas de decisão e proporcionam insumos para o processo de desenvolvimento e de enquadramento. Em 2025 foi realizado atualização da metodologia adotada.

• **Programa de Estágio:** em 2025, a Companhia manteve seu programa de estágio por meio de agente de integração. Tal programa, oportuniza o aprendizado de competências próprias relativas à atividade profissional, proporcionando o desenvolvimento do(a) aluno(a) - estagiário(a) - para uma vida cidadã e para o trabalho, além de ser uma ótima ferramenta à instituição, vez que a mantém atualizada às práticas mais contemporâneas do mercado de trabalho. Outro ponto relevante é a recepção de profissional gerenciada pela Secretaria de Proteção Social (SPS-CE), bem como de alunos das Escolas de Educação Técnica do Ceará.

• **Plano Psicológico Organizacional:** como forma de contribuir para saúde mental do trabalhador, a COGERH manteve em 2025 o espaço destinado ao plantão psicológico, espaço adequado e seguro, visando à escuta e acolhimento psicológico dos colaboradores da Companhia, no intuito de levar à reflexão e à elaboração de suas vivências no ambiente de trabalho/Plano Psicológico Organizacional: como forma de contribuir para saúde mental do trabalhador, a COGERH estruturou e implantou no ano de 2024 um espaço adequado e seguro, visando à escuta e acolhimento psicológico dos colaboradores da Companhia, no intuito de levar à reflexão e à elaboração de suas vivências no ambiente de trabalho.

É importante frisar ainda que, com objetivo de fomentar a sustentabilidade da Companhia, através da sucessão planejada do seu corpo funcional, a COGERH, utiliza-se de metodologias contemporâneas de governança corporativa, e, portanto, monitora indicador específico que tem por finalidade mitigar possíveis falhas na sucessão.

No cumprimento de seu objeto social, a COGERH mantém um quadro de pessoal diversificado, o que contribui positivamente para a execução de seus processos, ações e atividades. A distribuição desse quadro, referente aos anos de 2024 a 2025, é apresentada no quadro 1.

Quadro 1 - Quadro de Pessoal da COGERH

SITUAÇÃO	2022	2023	2024	2025
Empregados Ativos	87	87	87	86
Cedidos pela COGERH a outras entidades	14	14	13	13
Empregados Licenciados sem remuneração	1	0	0	0
Cedidos à COGERH de outras entidades	1	0	0	0
Comissionados sem vínculo	34	35	38	42
Terceirizados	685	769	795	838
TOTAL	822	905	933	979 (*)

Fonte: Cogerh, 2025.

(*) Posição dezembro/2025

No que tange ao quadro de estagiários(as) da Companhia, no período de 2022 a 2025, a Companhia contou com o quantitativo de estudantes disposto no quadro 2.

Quadro 2 - Quantitativo de Estudantes por Nível de Escolaridade

SITUAÇÃO	2022	2023	2024	2025
Nível Técnico Profissionalizante	7	5	6	5
Nível Médio	-	-	3	-
Nível Superior (estágio curricular e estágio não obrigatório)	24	31	28	24
TOTAL	31	36	37	29 *

Fonte: Cogerh, 2025.

(*) Posição dezembro/2025

6.1 Desenvolvimento de Pessoas

Impulsionar o desenvolvimento de novos talentos e o aperfeiçoamento daqueles já identificados é uma das muitas formas pelas quais a COGERH põe em prática a sua atuação transformadora, tanto numa perspectiva interna, quanto externa, pois a Companhia considera essencial dispor de quadro de pessoas capacitadas, em termos de novas metodologias, inovações tecnológicas e/ou normativas. Para tanto, parte-se do pressuposto que desenvolver pessoas envolve permitir o crescimento profissional de cada membro do time, em face da necessidade de atendimento às necessidades estratégicas e fortalecimento de uma cultura orientada para resultados.

Nessa perspectiva, a COGERH dispõe de instrumentos sistematizados e aderentes às estratégias de negócios delineados pela Companhia, dentre os quais destacam-se:

• Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP): instrumento norteador das ações de capacitação da Companhia, que visa alinhar as competências individuais às institucionais, promovendo o desenvolvimento contínuo e sistemático dos(as) trabalhadores(as) e da instituição;

• Apoio financeiro aos(as) empregados(as) que ministram cursos, nos termos dispostos no ACT vigente;

• Uso de Norma Interna, institucionalmente definida, relativa aos procedimentos de treinamento e desenvolvimento;

• Financiamento de cursos de pós-graduação, nos termos do Decreto Estadual vigente relativo ao assunto;

• Fomento a qualificações ofertadas via plataforma EAD;

• Fomento a qualificações ofertadas via Escolas de Gestão do Governo.

• Investimento do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria, ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com o objetivo de promover a capacitação dos empregados(as) vinculados à COGERH.

Resalta-se que, no ano de 2025, 125 trabalhadores(as) participaram de ações de capacitação em que acumularam, pelo menos, 20 horas totais, o que abrange aproximadamente 100% público-alvo.

6.2 Clima Organizacional

Historicamente, a COGERH tem realizado a Pesquisa de Clima Organizacional, em virtude do entendimento de que os dados obtidos do referido estudo subsidiarão à tomada de decisões, proporcionando a construção de um ambiente saudável e inclusivo. Tal pesquisa, relaciona-se à percepção coletiva dos(as) trabalhadores(as) em relação ao ambiente psicológico e físico em que atuam, consistindo na interpretação da reação positiva ou negativa quanto à imagem da Companhia, sendo, portanto, um instrumento efetivo no processo de compreensão do comportamento das pessoas com relação ao seu ambiente de trabalho.

Faz-se imperativo assinalar que os resultados obtidos na referida pesquisa, subsidiaram projetos, programas e ações que atuaram e atuarão na promoção da melhoria do ambiente laboral e, consequentemente, na qualidade de vida dos(as) colaboradores(as). A Pesquisa de Clima foi conduzida pela Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e disponibilizada para todos(as) os(as) trabalhadores(as) da Companhia.

O questionário, disponibilizado a todos(as) os(as) trabalhadores(as) eletronicamente para ser respondido de forma anônima, considerou diversos temas, tais como: Apoio da Chefia e da Organização; Recompensa; Conforto Físico; Controle e Pressão; Coesão entre Colegas; Diversidade e Inclusão; Capacitação, dentre outros.

No ano de 2025, o Índice de Clima Organizacional da Companhia, resultou em 92%, evidenciando que, de maneira geral, existe uma percepção positiva dos(as) trabalhadores(as) no que concerne ao clima em que estes se encontram envolvidos. Ademais, por meio dos achados da pesquisa propõe-se plano de ação a ser executado ao longo do ano, cujas iniciativas previstas nortearão diversas atividades no âmbito da Sede da Companhia e de suas Gerências Regionais.

6.3 Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida

A COGERH reafirma seu compromisso com a segurança e saúde de seus colaboradores, valores fundamentais para a cultura organizacional da empresa. Em 2025, a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (GDEP), por meio da Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho (SESMT), implementou diversas iniciativas para aprimorar a qualidade de vida no trabalho e fortalecer a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, ampliando e aperfeiçoando as ações dos anos anteriores.

A maturidade da cultura de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) na COGERH alcançou um marco estratégico em 2025. Mais do que o simples cumprimento de obrigações legais, a prevenção consolidou-se como um valor intrínseco à estratégia corporativa. Atualmente, a Companhia percorre uma rampa de crescimento, onde a SST é compreendida como um processo de evolução contínua. Embora a aprovação da Política de SST (PSST) pelo Conselho de Administração, em 2024, seja o alicerce normativo desse novo momento, reconhecemos que a plena absorção de suas diretrizes é um movimento em construção.

Um avanço técnico de destaque nesta trajetória é o refinamento da gestão de contratadas. Antigamente identificada como um ponto de vulnerabilidade, a atuação com empresas terceiras está sendo fortalecida com a implantação, prevista para ocorrer em 2026, sistema informatizado com novos critérios de compliance. Essa evolução permitirá integrar a segurança ao ciclo de vida dos contratos, garantindo que os parceiros operem sob os mesmos padrões de excelência e proteção exigidos dos nossos colaboradores próprios.

O elo vital desta transformação reside na figura do supervisor, o principal multiplicador de direitos e deveres nas frentes operacionais. Por meio de iniciativas estratégicas, como o "Café com Supervisores", a COGERH investe na capacitação técnica e comportamental dessa liderança de base, desde 2022. O objetivo é converter as normas de segurança de meras imposições burocráticas em ferramentas essenciais de proteção à vida. Esse diálogo constante no "chão de fábrica" permite que o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) saia do papel e se torne uma prática cotidiana, traduzindo conceitos técnicos em segurança real para quem opera o sistema hídrico.

Esta transição reflete um esforço conjunto entre o SESMT e as gerências operacionais para equilibrar o rigor das Normas Regulamentadoras com a realidade prática da empresa. O foco atual transcende a conformidade documental, trata-se de um acurramento progressivo que posiciona a segurança como indissociável da eficiência operacional. Complementando essa visão, a Companhia inicia uma abordagem moderna baseada em dados e na saúde integral, utilizando o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) como uma ferramenta dinâmica, atenta aos riscos psicossociais e a ergonomia.

Ao unir o rigor técnico das NRs com estratégias de autocuidado e liderança pelo exemplo, a COGERH pavimentou um caminho sólido para que, no futuro próximo, a PSST seja plenamente dominada em todos os níveis hierárquicos. Com o engajamento crescente das lideranças e o suporte estratégico da alta gestão, a prevenção deixa de ser uma tarefa para se tornar a identidade da Companhia: uma gestão auditável, sustentável e, acima de tudo, humana.

Em 2025, a Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho (SESMT), manteve a Política de Segurança e Saúde do Trabalho (PSST), implementado em 2024, conforme aprovado pelo CONSAD (Ata 174*), onde elevou a SST ao nível estratégico da Cogerh. A Política definiu competências claras para o SESMT, transformando-o no órgão guardião do cumprimento normativo e do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO).

Em 2025, a maturidade do SESMT refletiu-se em iniciativas de liderança, como o "Prêmio Destaque em SST", implantado no "Café com Supervisores", que capitalizará a responsabilidade pela segurança desde as gerências regionais até a ponta da operação. A atuação do SESMT é contínua e evolutiva, refletindo o dinamismo da COGERH.

Fortalecimento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA + A)

A Cipa, historicamente focada em inspeções pontuais, ganhou nova envergadura a partir de 2021, com a implementação de uma política de incentivo à assiduidade (Portaria n.º 070/2021), que concedeu bonificação em folgas para os cipeiros ativos, elevando o quórum e o engajamento nas reuniões. Em 2023, a atuação da comissão rompeu os muros da Sede com a criação do "Café com Supervisores", um fórum bimensal de alinhamento com a liderança operacional. Mais recentemente, em adequação à atualização da NR-05, a comissão abraçou a pauta comportamental, passando a atuar firmemente no combate ao assédio moral e sexual, transformando-se em CIPA+A, um canal de acolhimento e ética corporativa.

Destaque para as ações da CIPA

O Sesmt, com o apoio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (Cipa), promoveu entre os dias 22 de abril e 6 de maio de 2025 a 18ª Semana Interna de Prevenção dos Acidentes do Trabalho (Sipat) da Cogerh. As atividades foram voltadas à saúde do trabalhador, incluindo palestras, ações de promoção de saúde e atividades lúdicas, como jogos interativos.

Importa informar que a Sipat foi realizada no período citado, para estabelecer um elo com a Campanha Abril Verde, mês dedicado a conscientizar a sociedade sobre a importância da segurança e saúde no ambiente de trabalho, buscando reduzir acidentes e doenças ocupacionais através da prevenção.

Ações Contínuas de Prevenção e Promoção da Saúde

• **Atualização dos Programas de SST (NR 01 e NR 07):** O Programa de Gestão de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) foram atualizados, garantindo que as ações de prevenção e promoção da saúde estejam alinhadas aos melhores práticas e à legislação vigente.

• **Gestão da Brigada de Incêndio (NR 23):** A Brigada de Incêndio da Companhia passou por um processo de reestruturação, com a formação de novos brigadistas.

• **Promoção da Cultura de Segurança:** Foram realizadas palestras e campanhas de sensibilização sobre diversos temas relacionados à segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de conscientizar os colaboradores e fortalecer a cultura de prevenção na organização.

• **Inspeções de Segurança:** O planejamento de inspeções regulares foi intensificado permitindo a identificação de riscos e possibilitando a adoção de medidas preventivas e corretivas.

• **Gestão de Emergências:** O Plano de Ação a Emergências (PAE) foi aprimorado, incluindo o ma-

peamento de riscos e a definição de procedimentos e recursos necessários para resposta a situações emergenciais, da SEDE Fortaleza e da EB Pacoti.

• **Monitoramento de Indicadores:** Foram atualizados os indicadores de SST, incluindo números e percentuais de gravidade dos acidentes, permitindo melhor acompanhamento e análise da evolução da gestão de SST.

• **SIPAT:** A Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) foi mantida, tendo como tema "Segurança: mais que um ato, um hábito".

• **Café com Supervisores:** O projeto "Café com Supervisores", com reuniões bimestrais, foi consolidado como um espaço de diálogo e troca de experiências sobre segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de fortalecer a liderança na gestão de SST e promover a cultura de prevenção na COGERH. Foi realizada a primeira premiação para os destaques de SST de 2023.

• **Programa de Qualidade de Vida:** O programa "Viver Bem" é realizado continuamente, com o intuito de incentivar e ampliar a conscientização quanto à prática de exercícios físicos, abrangendo todas as unidades organizacionais da sede e Gerências Regionais.

• **Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios:** Na perspectiva de manter um ambiente seguro, a Companhia vem ampliando ações relacionadas à gestão do sistema de prevenção e combate a incêndios, otimizando processos, rotinas e procedimentos.

Fortalecimento da Brigada de Emergência

A Gestão de Emergências passou por uma profissionalização robusta. Se antes o foco se restringia à recarga de extintores, a partir de 2022, com o desenvolvimento do documento base do Plano de Ação a Emergências (PAE), a Cogerh passou a estruturar protocolos de resposta para cenários críticos. Inicialmente, a Brigada de Emergência foi ampliada para 40 membros treinados na sede, e o escopo de proteção expandiu-se da Capital para o Interior, com a regularização dos sistemas de combate a incêndio nas Gerências Regionais e Estações de Bombeamento. Atualmente, a Brigada conta com 57 membros treinados, sendo 16 na sede, 20 nas gerências regionais e 21 nas frentes de serviços.

Treinamentos/Capacitações

A Cogerh investiu forte na qualificação técnica de seus colaboradores, reconhecendo que o conhecimento é a principal barreira contra acidentes. Foram realizadas 136 horas de treinamentos técnicos com certificação externa, além de diversas capacitações internas.

O conteúdo programático abrangeu desde normas básicas, como a NR-05 (CIPA e Assédio Moral), até normas de alta complexidade técnica, como a NR-10 (Segurança em Instalações Elétricas e SEP), NR-33 (Espaços Confinados) e NR-35 (Trabalho em Altura).

Além das exigências legais, a matriz de treinamentos foi ampliada para contemplar riscos específicos da operação hídrica no Ceará. Foram promovidos cursos internos, com ou sem a participação de outras instituições públicas especializadas, como por exemplo: Direção e Pilotagem Defensiva com o apoio da AMC1 (em resposta aos indicadores de acidentes), Primeiros Socorros com apoio do Samu2, e um módulo específico sobre Prevenção de Acidentes com Animais Peçonhentos, em parceria com o Núcleo Regional de Ofiologia (NUROF/UFC).

Inspeções Técnicas

As inspeções técnicas na segurança do trabalho têm por objetivo identificar, avaliar e controlar perigos e riscos no ambiente laboral para prevenir acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e danos ao patrimônio, garantindo um ambiente mais seguro e saudável, através da implementação de medidas preventivas e corretivas. Ainda, servem como ferramenta para monitorar a eficácia das ações de segurança, corrigir falhas e promover uma cultura de prevenção.

Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

O PGR está regulamentado pela NR-1 (Portaria n.º 3.214/78) e estabelece as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) aplicados aos empregados públicos e ocupantes de cargo em comissão e estagiários da Cogerh.

Trata do inventário dos riscos ocupacionais, contemplando os dados da identificação dos perigos e

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

Tabela 16 - Reuniões de Alocação de Açudes Isolados no Ano de 2025

BACIAS	SISTEMAS	PRESEÇA
ACARAÚ	Acaraú Mirim, Arrebite, Forquilha, Jenipapo, São Vicente	84
ALTO JAGUARIBE	Arneiroz II, Muquém, Mamoeiro, Canoas, Faé, Trussu, Bengué	166
BAIXO JAGUARIBE	Açude Sto Antônio de Russas	80
BANABUIÚ	Poço do Barro, Pedras Brancas, São José II, Patú, Fogareiro-Quixeramobim, Cipoada	217
COREAÚ	Angicos, Gangorra, Várzea da Volta, Tucunduba, Diamante, Itaúna, Diamantino II, Martinópolis	114
CURU	Açude São Mateus, Açude Jerimum, Açude Melancia	56
LITORAL	Mundaú, Gameleira, Missi, Quandú, Poço Verde, São Pedro da Timbaúba, Patos, Gerardo Atimbone, Santa Maria de Aracatiçu, Santo Antônio de Aracatiçu	209
MÉDIO JAGUARIBE	Riacho do Sangue, Joaquim Távora, Figueiredo, Riacho da Serra, Canafistula Jenipapeiro, Adauto Bezerra, Santa Maria, Ema, Nova Floresta, Santo Antônio dos Bastiões, Tigre	190
RMF	Araciaba, Batente, Pesqueiro, Acarape do Meio, Germinal, Malcozinhado, Itapebussu, Catucizenza, Castro, Macacos	238
SALGADO	Atalho, Lima Campos, Rosário, Prazeres, Cachoeira, Gomes, Quixabinha, Thomás Osterne, Ubaldinho, Olho D'água, Manoel Balbino, Tatajuba	634
SERRA DA IBIAPABA	Jaburu I	40
SERTÕES DE CRATEÚS	Barragem do Batalhão, Carnaubal, Flor do Campo, Cupim, Barra Velha, Jaburu II, Colina, Sucesso, São José III, Realejo	34
Total	88	2062

Fonte: Cogerh, 2025.

7.3 Capacitações

Os colegiados de recursos hídricos também promovem capacitação para seus membros, suas comissões temáticas e específicas, grupos de trabalho e para usuários e interessados na gestão das águas cearenses.

Este planejamento é feito a partir dos planos de capacitação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, bem como de seus respectivos planejamentos estratégicos e são realizados em diversos formatos (presencial, semi-presencial, híbrido ou virtual) e com várias metodologias (modulado, palestras, visitas técnicas, cursos etc).

No ano de 2025 foram realizadas 51 capacitações dos colegiados de recursos hídricos, membros de CBHs e CGS do Ceará com um total de 1410 pessoas capacitadas.

7.4 Comissões Gestoras

As Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos são organismos de bacia vinculadas aos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH. Elas também estão regulamentadas pelo Decreto Nº. 32.470, de 22 de dezembro de 2017. Foram constituídas 65 comissões gestoras pelos CBHs do Estado, das quais 50 estão ativas. Estes organismos atuam no âmbito de sistemas hídricos que operem isolados.

Na sua composição, contam usuários de água, representantes da sociedade civil organizada e representantes do poder público, tendo um plenário e uma secretaria em sua estrutura.

Consideram-se sistemas hídricos que operam isolados aqueles sistemas que não fazem parte de vale perenizado ou aqueles que não causam impacto em outros sistemas à jusante ou montante, podendo ser incluídos nesta categoria; sistemas hídricos naturais (lagos, lagoas, córregos, etc.) ou artificiais (açudes, adutoras, canais, etc.).

Em 2025 as reuniões das Comissões Gestoras ocorreram de forma on-line e presencial, tendo ocorrido 44 reuniões de Comissões Gestoras em 31 sistemas hídricos isolados com a participação de 476 Membros presentes.

8. ESTRUTURA TARIFÁRIA

A Cogerh adota diferentes categorias de uso para composição de sua matriz tarifária, com o objetivo de utilização de subsídio cruzado entre os setores usuários de forma que aqueles setores com maior capacidade de pagamento paguem um valor de tarifa maior que os usuários com capacidade de pagamento reduzida. Os usuários faturados na Categoria Abastecimento Público correspondem a 60,81% do valor faturado pela Cogerh e consomem o correspondente a 53,96% do volume faturado.

Outro setor que merece destaque é o setor industrial, sendo responsável atualmente por 34,31% do valor faturado e 3,75% do volume faturado.

A tarifa praticada pela Cogerh é autorizada pelo Governador do Estado por meio da edição de decreto. Para tanto, a Cogerh apresenta ao Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (CONERH) uma proposta de reajuste e/ou estrutura da matriz tarifária. Após aprovação, o Conerh publica uma resolução com os novos valores e/ou estrutura da matriz tarifária a ser implantada pela Cogerh.

Com a resolução publicada, é enviado ao gabinete do Governador uma minuta de decreto com os valores publicados na resolução do Conerh para apreciação e publicação do decreto estadual, que apresentará os novos valores e/ou estrutura da matriz tarifária. Em 2024 ocorreu uma revisão tarifária autorizada pelo Governador do Estado através do decreto estadual nº 36.804/2025, aplicada sobre as tarifas da Cogerh, representando um acréscimo linear de 6,38% a partir de 26 de agosto de 2025.

O estudo de revisão tarifária apresentado ao Conerh foi realizado em 2025, com o objetivo de manter atualizado o valor da tarifa ao longo do tempo, dessa forma, foi aplicado o índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA, do período de março de 2024 a maio de 2025.

Tabela 17 - Tarifas Vigentes em 2025

Categoria de Uso	Definição	Tarifa conforme Decreto 36.091/2024	Tarifa conforme Decreto 36.804/2025	Reajuste
Abastecimento Público	Adução Própria RMF	296,57	315,49	6,38%
	Adução Própria Interior	82,10	87,33	6,38%
Indústria	Adução Cogerh	751,63	799,59	6,38%
	Adução Própria	3.731,49	3.969,56	6,38%
Piscicultura	Em tanques escavados	7,54	8,02	6,38%
	Adução Própria	31,51	33,52	6,38%
Carcinicultura	Em tanques rede	89,95	95,69	6,38%
	Adução Própria	11,31	12,04	6,38%
Água Potável de Mesa	Adução Cogerh	235,07	250,06	6,38%
		1.084,71	1.153,92	6,38%
Irrigação	Agricultura Irrigada adução própria	1.440 a 18.999 m³/mês	2,44	2,59
		≥ 19.000 m³/mês	7,33	7,79
	Agricultura Irrigada adução Cogerh	1.440 a 46.999 m³/mês	21,10	22,45
Serviço e Comércio	≥ 47.000 m³/mês	36,10	38,40	6,38%
	Adução Própria	425,27	452,41	6,38%
Painéis fotovoltaicos	Adução Cogerh	850,56	904,82	6,38%
	Uso de espelhos d'água	151,86	161,55	6,38%
Transferência de água de reuso		754,03	802,14	6,38%
		249,42	265,34	6,38%
Demais categorias de uso	Adução Própria	754,03	802,13	6,38%
	Adução Cogerh			

(*) Valor por 1.000 m³

Fonte: Cogerh, 2025

9. CANAL DE DENÚNCIAS

É o nosso canal para o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Ética, Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais. É assegurado o anonimato e a confidencialidade das denúncias, além da não retaliação ao denunciante.

Ouvidoria: <https://ceartransparente.ce.gov.br> e telefone 155;Comissão Setorial de Ética Pública da Cogerh: comissao.etica@cogerh.com.brComitê de Auditoria Estatutário: comiteestatutario@cogerh.com.br

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

1. Mensagem da Administração

Yuri Castro - Presidente
Israel Portela - Diretor de Planejamento
João Ricardo Rios - Diretor Administrativo-Financeiro
Tércio Tavares - Diretor de Operações

2. Governança Corporativa

Rossana Câmara - Assessora de Governança, Risco e Conformidade

3. Sustentabilidade

Cibele Holanda - Gerente da Contabilidade

4. Gestão Estratégica

Denilson Fidelis - Gerente de Planejamento e Orçamento

5. Gestão de Projetos Corporativos

João Coelho - Gerente do EPC - Escritório de Projetos Corporativos

6. Gestão de Pessoas

Rafaela Parente - Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

7. Relacionamento com a Sociedade

Clara Sales - Gerente de Gestão Participativa

8. Estrutura Tarifária

Rejane Viana - Gerente de Relacionamento com o Usuário

Responsáveis pela consolidação do relatório de administração

Denilson Fidelis - Gerente de Planejamento e Orçamento

Sarah Freire - Coordenadora de Planejamento

Luciandre Melo - Coordenadora de Orçamento

Alexandre Freire - Assistente Técnico

Marina Eloi - Assistente Administrativo

Responsáveis pela revisão do relatório de administração

Carline Silveira - Gerente da Auditoria Interna

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em R\$ 1,00)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	140.723.833	121.772.919	Circulante	22.939.425	19.364.704
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	89.533.470	74.495.089	Fornecedores (Nota 12)	10.736.408	4.913.675
Clientes (Nota 5)	44.364.347	41.741.753	Obrigações Tributárias a Recolher (Nota 13)	2.686.746	4.176.480
Estoques (Nota 6)	3.608.369	3.621.820	Obrigações Sociais e Trab. a Recolher (Nota 14)	6.915.764	5.733.710
Cauções e Depósitos Vinculados (Nota 9)	501.270	267.649	Cauções e Depósitos Vinculados (nota 9)	506.308	271.518
Outros Créditos a Receber (Nota 7)	2.716.377	1.646.608	Convênios (Nota 15)	563.041	620.395
			Outras Obrigações a Curto Prazo (Nota 16)	1.531.157	3.648.928
Não circulante	192.780.722	199.849.889	Não circulante	25.654.291	27.105.119
Realizável a Longo Prazo	9.543.290	10.361.337	Provisões para Contingências (Nota 17)	9.000.000	9.000.000
Clientes - Parcelamentos (Nota 5)	7.705.195	7.859.274	Provisões de Incorpor. a Realizar (Nota 11.3)	1.189.425	1.189.425
Comodato/Cessão (Nota 8)	-	657.699	Convênios (Nota 15)	7.530.149	17.673.626
Ações Administrativas/Judiciais (Nota 10)	1.838.094	1.844.364	Juros sobre Capital Próprio a Pagar (Nota 18.f)	7.934.717	8.242.068
Imobilizado Líquido (Nota 11)	182.525.907	188.743.040			
Intangível Líquido (Nota 11)	711.526	745.512			
Total do ativo	333.504.555	321.622.808	Total do passivo	48.593.716	46.469.823
			Patrimônio líquido	284.910.840	275.152.984
			Capital social (Nota 18.a)	169.945.795	161.410.758
			Capital a Integralizar	(1.916)	(2.796.936)
			Reserva de Capital (Nota 18.b)	13.034.715	13.034.715
			Reserva de Lucros (Nota 18)	101.932.246	103.504.447
			Total do passivo e do patrimônio líquido	333.504.555	321.622.808

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em R\$ 1,00)

Descrição	Capital Social		Reserva de Capital	Reserva de Lucros			Lucros/(Prejuízos) acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
	Capital Social Subscrito	Capital Subscrito a integralizar		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros retidos			
Saldos em 01 de janeiro de 2024	161.410.758	(8.498.666)	13.034.715	4.357.102	8.278.495	80.382.024	-	-	258.964.428
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio (Nota 18.f)	-	-	-	-	-	4.486.919	-	-	4.486.919
Capital Social integralizado (Nota 18)	-	5.701.731	-	-	-	-	-	-	5.701.731
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	14.241.975	-	14.241.975
Constituição da Reserva Legal (Nota 18.c)	-	-	-	712.099	-	-	(712.099)	-	-
Constituição da Reserva Estatutária (Nota 18.d)	-	-	-	-	1.352.988	-	(1.352.988)	-	-
Constituição da Reserva Para Investimento (Nota 18.e)	-	-	-	-	-	4.261.911	(4.261.911)	-	-
Constituição da Reserva de Lucros Retidos	-	-	-	-	-	(7.914.978)	(7.914.978)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (Nota 18.f)	-	-	-	-	-	(8.242.068)	-	-	(8.242.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	161.410.758	(2.796.936)	13.034.715	5.069.201	9.631.482	88.803.764	-	-	275.152.984
Mutações do patrimônio Líquido	-	5.701.731	-	712.099	1.352.988	8.421.740	-	-	16.188.556
Saldos em 01 de janeiro de 2025	161.410.758	(2.796.936)	13.034.715	5.069.201	9.631.482	88.803.764	-	-	275.152.985
Capital Social integralizado (Nota 18)	8.535.037	2.795.020	-	-	-	(7.914.978)	-	-	3.415.079
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	14.277.493	-	14.277.493
Constituição da Reserva Legal (Nota 18.c)	-	-	-	713.875	-	-	(713.875)	-	-
Constituição da Reserva Estatutária (Nota 18.d)	-	-	-	-	1.356.362	-	(1.356.362)	-	-
Constituição da Reserva Para Investimento (Nota 18.e)	-	-	-	-	-	4.272.540	(4.272.540)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (Nota 18.f)	-	-	-	-	-	(7.934.717)	-	-	(7.934.717)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	169.945.795	(1.916)	13.034.715	5.783.076	10.987.844	85.161.326	-	-	284.910.840
Mutações do patrimônio Líquido	8.535.037	2.795.020	-	713.875	1.356.362	(3.642.438)	-	-	9.757.855

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em R\$ 1,00)

Descrição	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita Bruta da Atividade (Nota 19)	252.863.038	237.808.084
(-) Deduções da Receita (9.612.821)	(9.612.821)	(9.570.954)
Receita Líquida da Atividade	243.250.216	228.237.130
(-) Custo dos serviços prestados (Nota 20)	(168.503.015)	(159.268.721)
Lucro bruto	74.747.201	68.968.408
Despesas Operacionais (Nota 21)	(70.455.525)	(59.658.383)
Outras receitas/(despesas) operacionais (Nota 22)	20.000	89.660
Resultado Operacional	4.311.676	9.399.685
Receitas financeiras (Nota 23)	12.100.567	7.144.814
Despesas financeiras (Nota 23)	(324.773)	(60.364)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.087.470	16.484.135
Provisão dos Tributos sobre o Lucro (Nota 3.8)	(1.809.976)	(2.242.160)
Lucro líquido do exercício	14.277.493	14.241.975
Ações em circulação no final do período (em quantidade)	169.945.795	161.410.758
Lucro líquido por ação (em 1,00 R\$) (Nota 18.a)	0,0840	0,0882

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em R\$ 1,00)

Descrição	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Resultado Líquido do Período	14.277.493	14.241.975
(+/-) Outros Resultados Abrangentes:		
(=) Demonstração de Resultado Abrangente	14.277.493	14.241.975

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em R\$ 1.000)

NOTA 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH é uma sociedade de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima por ações, de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa financeira e orçamentária. Com a maioria do seu capital representado por ações ordinárias de titularidade do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Adualdo Batista, nº 1550, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, com a finalidade de implantar um sistema de gerenciamento da oferta de água superficial e subterrânea do Estado, compreendendo os aspectos de monitoramento dos reservatórios e poços, manutenção, operação de obras hídricas e organização de usuários. Através da informação e divulgação de dados à comunidade, esta tem o papel de gestor dos recursos hídricos, para que possam tomar decisões coletivas e negociadas, como também avaliar a política de gestão a ser implementada nas bacias.

A política de Recursos Hídricos do Governo do Estado criou a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), responsável pelo gerenciamento e disciplinamento de mais de 90% das águas acumuladas no Estado, de forma descentralizada, integrada e participativa. Além sob a administração da Companhia os mais importantes açudes públicos estaduais e federais, além de reservatórios, canais e adutoras das 12 bacias hidrográficas do Ceará.

A Companhia atua nos seguintes eixos visando garantir o cumprimento de sua missão:

1. Operação e Manutenção da Infraestrutura Hídrica;
2. Monitoramentos dos Recursos Hídricos;
3. Estudos e Projetos;
4. Gestão Participativa;
5. Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos;
6. Desenvolvimento Institucional.

Impactos Tarifários:

Em 2024 ocorreu uma revisão tarifária autorizada pelo Governador do Estado do Ceará através do Decreto Estadual Nº 36.804/2025, aplicada sobre as tarifas da Cogehr, representado um acréscimo linear de 6,38% a partir de 28 de agosto de 2025.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Atendendo aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria Executiva da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH submete à apreciação dos acionistas e da sociedade em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2025, no qual estão sumarizados os principais resultados, assim como, as Demonstrações Contábeis exigíveis, acompanhadas ainda de relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

2.1 declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes na Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as demais práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem aquelas utilizadas na gestão da Administração. As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2026.

NOTA 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios contábeis adotados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Aspectos gerais:

- A Moeda funcional e moeda de apresentação. As demonstrações contábeis estão apresentadas reais (R\$ 1,00), que é a moeda funcional da Companhia;
- As contas contábeis no balanço patrimonial estão demonstradas por ordem decrescente do grau de liquidez;
- Estoque - A companhia adotou o custo médio como método de avaliação dos estoques e periodicamente realiza inventário;
- Ativo Imobilizado - A companhia registra seu ativo imobilizado pelo custo de aquisição, deduzindo a depreciação;
- A companhia realiza estudos para rever a vida útil dos bens componentes de seu patrimônio;
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Segundo o artigo 176, inciso V, da Lei nº 6.404/76, a Demonstração do Valor Adicionado é obrigatória apenas para as companhias de capital aberto, por este motivo a Cogehr não apresenta essa demonstração entre seus relatórios financeiros.
- A companhia não possui investimentos em outras sociedades e nenhuma dos dispositivos elencados conforme a Lei nº 6.404/76, em seu artigo 176, § 5, inciso IV.

3.1 Caixas e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades da COGERH estão depositadas no Banco do Brasil S/A. Compõem este item o caixa, as contas bancárias e as aplicações de liquidez imediata, são registradas ao custo, acrescidos mensalmente pelos rendimentos auferidos e calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. A nota de nº 4 detalhará ainda mais este item.

3.2 Clientes

3.2.1 Contas a receber

A Cogehr realiza cobrança pelo uso da água bruta, sendo registrada na conta Clientes o saldo dos serviços medidos e faturados, ainda não recebidos. Já as receitas decorrentes das tarifas de concessão de uso da água bruta, ainda não faturadas, são contabilizadas por estimativas e pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. São contabilizadas pelo regime de competência e registrados no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante. Os títulos cujos vencimentos ultrapassam 12 (doze) meses do exercício corrente são contabilizados no Ativo Não Circulante. Na nota explicativa nº 5, detalhamos esta rubrica por categoria de cliente.

No ano de 2024 a COGERH incluiu a conta de Provisão de Receita a qual se refere ao volume consumido de água bruta até final do exercício, sendo que a emissão das faturas só ocorreu no exercício seguinte. Conforme a legislação, o registro da receita proveniente ao fornecimento de água bruta deve ser reconhecido conforme o regime de competência, no qual, a obrigação de desempenho perante o cliente é cumprida, ou seja, quando é realizado a medição do volume consumido de água bruta.

3.2.2 PCLD

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Para o exercício de 2025 revisamos os critérios e premissas em relação aos créditos de liquidação duvidosa, adotamos critérios conforme os dispositivos da NBC TG 48.

Para os valores de contas a vencerem é constituída a provisão para perdas esperadas utilizando uma matriz que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, resultando na melhor expectativa de recuperação destes créditos, com base neste critério a perda esperada que considera valores ainda não vencidos, porém, com alta probabilidade do recebimento não se concretizar, a estimativa resultou no valor de R\$ 849.234,99 (oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos).

Para os valores vencidos de contas a receber de clientes é constituída a provisão considera os inadimplentes totalizando estimativa para Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa o valor de R\$ 9.465.262,93 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e três centavos).

O total da provisão de perdas sobre créditos registrada no balanço patrimonial é o montante de R\$ 10.314.497,92 (dez milhões, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), representando cerca de 19,81% do total de clientes.

3.3 Estoques

Os estoques de almoxarifado representam materiais de consumo e limpeza, de expediente, materiais para utilização em manutenção e alocação em estruturas hídricas, material elétrico, hidráulico e de construção, peças e equipamentos de informática e estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, adquiridos por meio de licitação, adesão a ata, inexigibilidade, pronto pagamento, cotação eletrônica, cotação de preço e dispensa de licitação.

3.4 Imobilizado

O Imobilizado está mensurado ao custo de aquisição, deduzindo a depreciação acumulada e perdas para redução do valor recuperável de Ativos. Observamos o que está disposto na NBC TG 01 (R3) que trata do Valor Recuperável de Ativos. Periodicamente a Companhia realiza estudos para rever a vida útil dos bens componentes de seu patrimônio realizando os ajustes necessários.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens que sofreram desgaste são baixados e substituídos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, mas para fins de apuração da Contribuição Social é utilizada a definida pela legislação fiscal, conforme mencionada na nota explicativa nº. 11. Para efeito de depreciação é considerado a data a partir em que foram instalados e encontram-se disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção foi finalizada e o ativo está disponível para utilização. O imobilizado também constitui de um estoque, onde geralmente são registrados bens de devolução de obra.

3.5 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, utilizando-se como base os índices definidos legalmente ou em contrato.

3.6 Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos cíveis, trabalhistas e tributários, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores jurídicos e as melhores estimativas da administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

3.7 Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são apresentados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

São apurados com base no lucro real anual, com recolhimentos mensais mediante estimativa ou levantamento de balancetes de redução ou suspensão. Sendo a alíquota vigente para a Contribuição Social de 9%. No ano de 2025 houve pagamentos de CSLL e desta forma o saldo que existia foi compensado com algum dos valores a pagar.

Impostos a Restituir	2025 (R\$)	2024 (R\$)
IRRF Retido por Terceiros 2023	27.044	27.044
IRRF Retido por Terceiros 2024	35.054	35.054
IRRF Retido por Terceiros 2025	34.163	-
Total	96.261	62.098

CSLL	2025 (R\$)	2024 (R\$)
CSLL Mensal Recolhido	2.076.814	1.087.580
CSLL Retido de Terceiros	5.242	7.244
Valor Final CSLL	(1.809.976)	(2.242.160)
Total Valor a Receber/Pagar	272.079	(1.147.336)

Em novembro de 2017 transitou em julgado sendo favorável a Cogehr o reconhecimento da imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda, fundamentando-se na atividade de caráter essencial exercida pela Companhia a sociedade. Essa mudança afeta o regime tributário de recolhimento das contribuições para o PIS e a COFINS que antes eram apuradas pelo regime não cumulativo, mas a partir de novembro de 2017 passaram a ser apuradas pelo regime cumulativo. Com a imunidade tributária a Companhia está desobrigada a efetuar o recolhimento referente ao Imposto de Renda. Os valores referentes ao IRRF sobre clientes de entidades Federal obrigada a reter. Os valores retidos por terceiros, serão objetos de solicitação de restituição.

3.9 Apuração dos Resultados

As receitas e despesas foram reconhecidas com observância ao regime de competência e aos demais princípios contábeis.

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de disponibilidades em moeda nacional estão relacionados a seguir:

Conta	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Caixas e Bancos	-	205.431
Aplicações Financeiras	89.533.470	74.289.658
Total Disponível	89.533.470	74.495.089

Além das contas bancárias que compõe esta tabela, possuímos outras contas bancárias que não estão classificadas neste grupo, por se tratar de contas garantias, elas serão mencionadas na nota 9.

4.1 Composição das Aplicações Financeiras x

Os saldos de aplicações financeiras possuem remuneração diária, com liquidez imediata. Estão compostos conforme demonstrativo abaixo:

Aplicação Financeira	Tipo	Rentabilidade	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Fundo Invest. 22424-3 Bb Rf Sd Dif	renda fixa	cotas diárias	63.321.525	53.240.007
Fundo Invest 22424-3 Esp Jgdl	renda fixa	cotas diárias	26.183.484	21.017.491
Fundo Invest 27.349 Prog Qualagua - Ana	renda fixa	cotas diárias	7.598	7.419
Aplic 20079 bp Cp Admin Supremo	renda fixa	cotas diárias	20.862	24.742
Total			89.533.470	74.289.658

NOTA 5 CLIENTES

Segue abaixo quadro demonstrativo das contas a receber por categoria:

Contas a Receber de Usuários	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Abastecimento Público	11.903.597	10.564.957
Indústrias	11.465.600	11.424.413
Piscicultura	317.887	306.471
Carcinicultura	1.704.358	1.383.128
Irrigação	1.161.878	993.997
Água Mineral	568.799	552.555
Outras Categorias	2.989.374	2.114.877
Abastecimento Humano	1.301.324	976.718
Provisão Sobre a Receita	17.869.307	16.135.466
Subtotal	49.282.125	44.452.581

Parcelamento de Contas Curto Prazo

Abastecimento Público	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Abastecimento Público	2.819.490	2.679.757
Indústrias	1.330.804	952.556
Piscicultura	23.861	50.273
Carcinicultura	193.836	177.465
Irrigação	200.183	39.438
Água Mineral	209.225	212.382
Outras Categorias	190.401	148.665
Abastecimento Humano	428.922	403.181
Subtotal	5.396.720	4.663.717

Parcelamento de Contas Longo Prazo

Abastecimento Público (SAAE)	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Abastecimento Público (SAAE)	6.267.882	6.932.333
Indústrias	1.167.350	891.069
Piscicultura	3.226	-
Carcinicultura	8.787	2.608
Irrigação	-	-
Água Mineral	116.826	-
Outras Categorias	26.578	33.263
Abastecimento Humano	114.547	-
Subtotal	7.705.195	7.859.274

Valor Líquido de Clientes

	52.069.542	49.601.027
--	-------------------	-------------------

Os critérios e procedimentos para a cobrança da água bruta estão estabelecidos através da Instrução Normativa COGERH nº 001/2008. Essa IN estabelece também condições, prazos de pagamentos e outras informações pactuadas no parcelamento de débito.

NOTA 6 ESTOQUES

Estoques	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Materiais de Consumo e Limpeza	107.978	67.572
Materiais de Expediente	54.331	42.269
Pecas e Equipamentos de Informática	2.258	2.450
Materiais de Construção	72.375	52.104
Manutenção de Veículos	8.817	8.871
Óleo Lubrificantes	3.050	7.265
Materiais Elétrico	915.174	339.233
Segurança e Medicina do trabalho	12.507	17.188
Ferramentas e Utensílios	54.435	70.000
Materiais Mecânicos	1.099.686	1.335.815
Materiais Hidráulico	1.277.759	1.679.051
Total	3.608.369	3.621.820

Essa conta apresenta o saldo de materiais necessários a realização de manutenção nas estruturas hídricas gerenciadas pela COGERH e dos materiais utilizados pela área administrativa. De modo geral a maioria das contas do estoque sofreram uma redução, porém, em quatro dessas houve aumento sendo a maior (Material Elétrico), em um percentual de 169,78%. Quando observado o total, a variação foi negativa em -0,37%.

NOTA 7 OUTROS CRÉDITOS A REALIZAR

A Companhia possui outros créditos a realizar segregados da seguinte forma:

Outros Créditos a Realizar	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Créditos Tributários [A]	1.137.119	69.673
IRRF Retido por Terceiros 2023	27.044	27.044
IRRF Retido por Terceiros 2024	35.054	35.054
IRRF Retido por Terceiros 2025	34.163	-
Saldo Negativo CSLL Ano 2025	272.079	-
CSLL Mensal Pago a Maior	758.758	-
INSS a Compensar	275	275
Cofins a Recuperar	6.000	6.000
PIS a Recuperar	1.300	1.300
ISS a Compensar	2.447	-
Convenio Recursos Próprios [B]	224.212	455.083
Despesas Antecipadas [C]	40.542	30.367
Jornais e Revistas	13.103	3.270
Seguros a Apropriar	-	7.900
Assinatura de Acesso a Software	27.439	19.197
Empréstimos a Empregados [D]	787.220	686.348
Adiantamento de Férias/Empregados [E]	527.284	405.137
Total	2.716.377	1.646.608

[a] - A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, restituição, ou simples dedução. São créditos decorrentes de saldo negativos formados no período atual e em períodos anteriores.

A companhia mantém um acompanhamento em relação aos créditos fiscais e está em constante análise, avaliando a quitação de outros passivos tributários através dos valores a compensar. O valor de IR e CSLL retido por terceiros são referentes a valores retidos por clientes.

[b] - Refere-se a convênios firmados pela Cogehr com entidades sem fins lucrativos atuantes na área científica e tecnológica, objetivando a troca de informações, tecnologias e conhecimento.

Em 2022 iniciamos o convênio 001/2022 firmado com a FUNESP-UNESP. Esse convênio tem por finalidade "estabelecer um programa de monitoramento isotópico, com duração de três anos, das águas subterrâneas captadas através de poços profundos dos aquíferos Médio e Inferior do Cariri e do Aquífero Jandairá e Ajude da Bacia Potiguar, porção Ceará..."

[c] - Esta conta é composta por pagamentos relativos a assinaturas de jornais, revistas, periódicos e pagamentos de seguro obrigatório de veículos.

NOTA 11 IMOBILIZADO

A composição do Ativo Imobilizado está demonstrada a seguir:

	TAXA % DEPREC	SALDO LÍQ. 2024 (R\$)	ADIÇÕES	BAIXAS	RECLASSIF	DEPRECIACÃO		SALDO LÍQ. 2025 (R\$)
						MENSAL	ACELERADA	
1 Obras e Estruturas Básicas		133.274.482	1.844.127	-	19.455.774	(18.141.874)	(1.968.768)	134.463.729
1.1 Captação de Águas na Superfície		10.918.580	-	-	26.105	(883.196)	(1.111.489)	8.949.999
1.1.1 Acude Castro	1	828.556	-	-	-	(6.672)	(127.923)	693.961
1.1.2 Acude Jerimum	1	369.607	-	-	-	-	(83.465)	286.142
1.1.3 Acude Angicos	1	686.985	-	-	-	-	(123.503)	563.482
1.1.4 Acude Ubaldino	1	1.004.440	-	-	-	-	(180.573)	823.866
1.1.5 Barragem Rio Curu	4	6.201	-	-	-	(4.961)	-	1.240
1.1.6 Postos e Reservatórios	4	1.140	-	-	-	-	-	1.140
1.1.7 acude pacajus	4	109.391	-	-	-	(38.609)	(57.913)	12.870
1.1.8 acude sitios novos	4	45.716	-	-	-	(16.135)	(24.203)	5.378
1.1.9 acude souza	4	28.085	-	-	-	(9.912)	(14.869)	3.304
1.1.10 acude olho D' água	4	234.184	-	-	-	(80.292)	(120.438)	33.458
1.1.11 Acude Carnaubal	4	33.691	-	-	-	(11.551)</		

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	TAXA % DEPREC	SALDO LÍQ. 2024 (R\$)	DEPRECIACÃO				SALDO LÍQ. 2025 (R\$)	
			ADICÕES	BAIXAS	RECLASSIF	ACELERADA		
3.5 Semoventes	20							
3.6 Veículos	20	1.352.211	894.371		143.432	(568.268)	1.821.746	
3.7 Equipamentos de Informática	20	1.414.851	1.464.893	(2.488)	13.409	(607.238)	2.283.428	
4 Imobilizado em Andamento		20.610.404	9.778.379	(101.633)	(19.997.575)		10.289.575	
4.1 Adutoras		18.623.315	7.943.669		(19.301.544)		7.265.440	
4.2 Instalações		696.031			(696.031)		(0)	
4.3 Terrenos		1.189.425					1.189.425	
4.4 Estoque		101.633	1.834.710	(101.633)			1.834.710	
5 Intangível		745.512	155.501		(189.486)		711.526	
5.1 Sistemas Computacionais		372.212			(99.334)		272.877	
5.2 Licenças de Programas		218.328	155.501		(49.624)		324.205	
5.3 Bancos de Dados		154.973			(40.528)		114.444	
TOTAL		189.488.552	19.753.590	(702.660)	466.093	(23.782.576)	(1.985.565)	183.237.434

NOTA 17
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas, atualizadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Natureza	PARTES	Pagamentos 2025
Ação Indenizatória Danos Morais		Danilo Cesar e Maria Loureço Bruno de Oliveira Costa	263.145
Ação Judicial Motivada por um Acidente de Trânsito			31.494
Totais			294.639

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o procedimento adotado para classificar as causas judiciais contra a Companhia baseia-se no risco de perda, conforme opinado pela assessoria jurídica da empresa:

- a) São constituídas provisões e divulgadas em Notas Explicativas (NE), os casos em que um desfecho desfavorável para a Companhia é considerado provável;
- b) São divulgadas em Notas Explicativas as informações sobre casos em um desfecho desfavorável é considerado possível;
- c) Para casos em que o desfecho desfavorável é considerado remoto, as informações são divulgadas apenas nas Notas Explicativas, quando a administração julgar relevante para o entendimento das demonstrações contábeis e financeiras.

Para o encerramento do exercício de 2025 os processos classificados, pela assessoria jurídica, com probabilidade de perda provável, assim foram constituídos estimativa de provisão nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2025 são os seguintes:

Nº Processo	Ações Judiciais - 2025		VR. Causa (R\$)
	Partes		
0001497-30.2013.5.07.0016	Henrique Sérgio Cavalcante Rolim	I	500.000
0000999-54.2024.5.07.0013	Marci Fernandes Sampaio	I	150.000
0000705-65.2020.5.07.0005	Gianelli Peixoto Bezerra Lim	II	250.000
0000652-88.2019.8.06.0040	Ministério Público Estadual	III	100.000
0242526-55.2020.8.06.0001	Consórcio Adutora de Maranguape	III	8.000.000
Total			9.000.000

- (I) Ação trabalhista pleiteando verbas trabalhistas e indenizatórias
- (II) Ação Civil pública na qual se pretende discutir as deliberações realizadas pelo comitê de bacía hidrográfica
- (III) Ação judicial movida pela construção adutora na qual pleiteia valores em atraso e requer ressarcimento de supostos prejuízos.

As demandas judiciais consideradas pelos consultores legais com probabilidade de perda possível não estão reconhecidas as provisões nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas as informações pertinentes aos processos. Abaixo listamos as demandas em curso classificadas como possíveis de maior repercussão financeira:

Nº Processo	Ações Judiciais - 2025		VR. Causa (R\$)
	Partes		
0135699-59.2016.8.06.0001	Dg Log	IV	35.000
0125956-54.2018.8.06.0001	Sebastião Batista	V	35.000
0172482-50.2016.8.06.0001	Manoel Alexandre Ferreira Lima	V	152.000
0203670-85.2021.8.06.0001	Lomaco Loação e Construção LTDA IV	VII	244.145
0806820-14.2016.4.05.8100	4 Vara federal do ceara	VII	7.000
0155304-83.2019.8.06.0001	Hydrostec Tubos e Equipamentos	III	4.730.812
Total			5.203.957

- (III) Ação judicial movida pela construção adutora na qual pleiteia valores em atraso e requer ressarcimento de supostos prejuízos.
- (IV) Ação judicial pleiteando valores pago a maiores, foi julgado improcedente, valores referentes despesas processuais
- (V) Ação judicial motivada por um acidente de trânsito.
- (VI) Ação judicial movido contrato administrativo e requer ressarcimento de supostos prejuízos.
- (VII) Ação judicial discursão devoluções de valores

NOTA 18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 2025 houve aumento de Capital Social da Companhia, no valor de R\$8.535.037 (oito milhões, quinhentos trinta e cinco mil e sete reais) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1,00 (um real) cada.

Em 2025 o capital social passou de R\$161.410.751 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e dez mil, setecentos e cinquenta e um reais) para R\$169.945.795 (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais). Em 2025 foi aportado um valor de R\$7.914.978 (sete milhões novecentos e quatorze mil novecentos e setenta e oito reais) retirado da reserva de lucros de anos anteriores. E um valor de R\$620.059 (seiscentos e vinte mil e cinquenta e nove reais) aporte de Capital do Governo do Estado do Ceará. Do qual, desse valor, falta integralizar o montante de R\$1.916 (um mil novecentos e dezesseis reais).

A seguir a destinação dos investimentos gastos com o aporte de Capital em 2023 a 2025 e o valor integralizado por período e o que falta integralizar:

Descrição Investimento Aplicado	Contrato / Aporte 2023	Valor Integralizado 2023	Valor Integralizado 2024	Valor Integralizado 2025	Valor a Integralizar
Aquis de Medidores de Vazão e Instalar Para uso da Fiscalização de Recursos Hídricos.	010/2023 - Consórcio MLG e RC	3.350.355	5.701.731	3.218.060	1.916
Aquis de Medidores de Vazão e Instalar Para uso da Fiscalização de Recursos Hídricos.	010/2023 - Consórcio MLG e RC			197.019	
Total Geral		10.030.720	3.350.355	5.701.731	3.415.079

Além deste valor, o Patrimônio Líquido está composto pela conta de Reserva de Capital no valor de R\$13.034.715, Reserva Legal no valor de R\$5.783.076, Reserva Estatutária no valor de R\$10.987.844, Reserva para Investimentos R\$31.163.879 e Reservas de Lucros Retidos no valor total de R\$53.997.448. O saldo do Patrimônio Líquido totaliza R\$284.910.840.

Do Lucro de 2025 foram feitas as seguintes destinações, conforme estatuto vigente:

Conta Patrimonial	2025 (R\$)
Reserva Legal	713.875
Reserva Estatutária	1.356.362
Reserva de Lucros Para Investimento	4.272.540
Reserva de Lucros Retidos	7.934.717
Lucro Líquido	14.277.493

Assim temos o seguinte:

a. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 está representado por 169.945.795 ações ordinárias com valor nominal individual de R\$ 1,00 (um real), perfazendo um valor total de R\$169.945.795 (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais), composto da seguinte forma:

Acionistas	%	VR. Unit. (R\$)	Quantid. de Ações	2025 (R\$)
Estado do Ceara	99,999996%	1,00	169.945.788	169.945.788
Eduardo Savio Passos Rodrigues Martins	0,000001%	1,00	1	1
Jose Sergio Fontenele de Azevedo	0,000001%	1,00	1	1
Yuri Castro de Oliveira	0,000001%	1,00	1	1
Ricardo Aquino Coimbra	0,000001%	1,00	1	1
Antonio Marcelo Bezerra	0,000001%	1,00	1	1
Wyldevanio Vieira da Silva	0,000001%	1,00	1	1
Gilvana Pontes Linhares	0,000001%	1,00	1	1
Total	100,00000%		169.945.795	169.945.795

b. Reservas de Capital

Constituída de recursos referentes a repasses do Governo do Estado para Investimentos, sendo R\$13.034.715 (treze milhões, trinta e quatro mil e setecentos e quinze reais), e de subvenções do Governo do Estado do Ceará, através de convênio Cogerh/Progerh e R\$719.581 (setecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e um reais), provenientes de convênio Cogerh/Proaqua e R\$440.594 provenientes do convênio com a Secretaria dos Recursos Hídricos. Com o advento da Lei 11.638/2007, as doações e subvenções governamentais que eram lançadas como reserva de capital passaram a transitar diretamente em conta de resultado segundo orientação do CPC 07, sendo reconhecida como receita somente nos períodos apropriados.

c. Reserva Legal

Neste ano, com o Lucro Líquido apresentado pela Companhia que resultou no aumento da Reserva Legal no valor de R\$713.875 (setecentos e treze mil, oitocentos e setenta e cinco reais), correspondente a 5% do lucro líquido, conforme previsão estatutária e Lei 6.404/76. Totalizando o valor de R\$5.783.076 (cinco milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setenta e seis reais).

d. Reserva Estatutária

Conforme disposição em Estatuto, a Companhia constituiu a Reserva Estatutária, no ano de 2025 no valor de R\$1.356.362 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais), correspondente a 10% do Lucro Líquido após a absorção de constituição da Reserva Legal. Totalizando o valor de R\$10.987.844 (dez milhões novecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais).

e. Reserva para Investimentos

Conforme disposição em Estatuto, a Companhia constituiu a Reserva para Investimentos. No ano de 2025 o valor foi de R\$4.272.540 (Quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais), correspondente a 35% do Lucro Líquido após a absorção de constituição da Reserva Legal e Reserva Estatutária. Totalizando o valor de R\$31.163.879 (trinta e um milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e setenta e nove reais).

f. Juros Sobre Capital Próprio

A remuneração a título de Juros sobre o Capital Próprio, que poderão ser imputados ao valor dos dividendos serão calculados de acordo com a variação da TJLP (taxa de juros de mercado) nos termos da Lei 9.249/95.

Conforme demonstrativos abaixo

Patrimônio Líquido 2024 (R\$)		260.452.303	
Taxa de Juros de Longo Prazo T J L P Valores Mensais (Em %)	Juros Sobre o Capital Próprio Mensal	Juros Sobre o Capital Próprio Acumulado	
Mês/Ano	2025		
Jan/2025	0,6642	1.729.924	1.729.924
Fev/2025	0,6642	1.729.924	3.459.848
Mar/2025	0,6642	1.729.924	5.189.772
Abr/2025	0,7208	1.877.340	7.067.112
Mai/2025	0,7208	1.877.340	8.944.452
Jun/2025	0,7208	1.877.340	10.821.792
Jul/2025	0,7467	1.944.797	12.766.589
Ago/2025	0,7467	1.944.797	14.711.386
Sep/2025	0,7467	1.944.797	16.656.183
Out/2025	0,7558	1.968.499	18.624.682
Nov/2025	0,7558	1.968.499	20.593.181
Dez/2025	0,7558	1.968.499	22.561.681
Total	8,66%	22.561.681	22.561.681

De acordo com o cálculo apresentado o valor a ser repassado aos acionistas seria de R\$22.561.681 (vinte e dois milhões quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais). Os critérios utilizados para determinação desses juros, é o valor limitado a 50% do lucro líquido do exercício antes das deduções deste. Com isso, a companhia obedece a orientação do regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018, art. 355, § 1º), para fins de apuração do lucro real, o valor poderá ser deduzido. Assim o valor provisionado foi de R\$7.934.717 (sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e dezesseis reais), como mostrado:

A COGERH, conforme se depreende de sua Lei de criação, em seu Art. 2º, tem por finalidade gerenciar a oferta dos recursos hídricos constantes dos corpos d'água superficiais e subterrâneos de domínio do Estado, visando a equacionar as questões referentes ao seu aproveitamento e controle. A receita da Companhia, entretanto, não é oriunda de contraprestação por serviços realizados e sim pela cobrança pelo uso da água.

Atualmente a Cogerh monitora 157 dos mais importantes açúes públicos estaduais e federais, em parceria com o Departamento Nacional de Obras Contas às Secas - DNOCS e com a Agência Nacional de Águas - ANA, além de estações de bombeamento, adutoras e canais, com destaque para o Canal do Trabalhador, o Eixo das Águas e Cinturão das Águas. O monitoramento desses reservatórios estratégicos (federais e estaduais), dentre eles, o sistema de transferência de recursos hídricos do vale do Jaguaribe para região metropolitana o qual transfere água do açude Castanhão (ou Orós, se necessário), através do Rio Jaguaribe, Eixo das Águas e canal do trabalhador até a região metropolitana, que responde por mais de 85% do faturamento da Companhia.

Assim as principais estruturas hídricas operacionalizadas pela COGERH, considerando sua influência no faturamento da Companhia, são estruturas que foram construídas pelo Governo Federal, estadual ou em parceria com duas esferas de governo, e, obviamente estão registradas no patrimônio delas. Podem ser citadas como componentes desse sistema de transferência as seguintes estruturas: Açude Orós, Açude Castanhão, Canal do Trabalhador, Eixo das Águas (trechos I, II, III, IV, V e VI), Açude Pacajus, Açude Pacoti, Açude Riachão e Açude Gavião, além dessas estruturas, há ainda o rio Jaguaribe que é um corpo hídrico natural que perpassa praticamente todo o Estado do Ceará e também é fonte hídrica de captação de água bruta para diversos usuários de água ao longo do seu trecho perenizado pela COGERH.

Apesar do acima exposto, sabe-se que as estruturas hídricas (açúdes, adutoras), constantes no patrimônio da COGERH, tem sua importância residente, na verdade, em maior grau, no aspecto social, porquanto atendem sedes municipais interioranas, porém, sem valor expressivo na geração de receita para a Companhia, a qual realmente cumpre efetivamente o seu papel social, buscando sua sustentabilidade financeira paralelamente

A Companhia realizou estudos para fundamentar a vida útil de seus bens que hoje tomam como referência a vida útil definida pela legislação fiscal, de modo a estabelecer novas taxas de depreciação que levem em consideração os tempos de vida útil econômica estimada dos bens, em conformidade com suas atuais condições de funcionamento.

Dessa forma, foram realizadas as seguintes alterações decorrentes da revisão das taxas de depreciação:

Ativos	Vida Útil Anterior	Vida Útil Revisada	Taxa Depreciação Anterior	Taxa Depreciação Revisada
Açúdes	25 Anos	100 Anos	4%	1%
Obras de Recuperação de Açúdes	25 Anos	10 Anos	4%	10%
Adutoras Convencionais	25 Anos	20 Anos	4%	5%
Adutoras de Montagem Rápida	25 Anos	10 Anos	4%	10%

11.1 - Baixa de Bens

No exercício de 2025, foram realizadas baixas de bens patrimoniais no valor total de R\$ 609.860 (seiscientos e nove mil oitocentos e sessenta reais), motivadas por:

Baixa de Bens	2025 (R\$)
Doações	7.574
Alvarias	37.136
Devoluções	565.150
Total	609.860

Ainda em Baixa de Bens, na conta de estoque de imobilizado foi baixado por alvaria:

Baixa Estoque Ativo Imobilizado	2025 (R\$)
AMR Acarau	101.633
Total	101.633

11.2 - Obras Finalizadas no Exercício

Durante o exercício, houve a conclusão de obras, no valor de R\$ 19.997.575 (Dezenove milhões novecentos e noventa e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais), as quais foram devidamente incorporadas ao Ativo Imobilizado. Segue abaixo a relação das obras finalizadas.

Obras Finalizadas no Exercício	2025 (R\$)
Passagem Mollhada Rio Aracati Mirim - EMA	1.505.217
Passagem Mollhada Rio Aracati Mirim - Várzea Grande	1.126.236
Adutora Integrando o Sistema Adutor Acarape do Meio - RMR ao Polo Industrial Químico de Guaiuba (Chemical Park).	772.871
Adequação da capacidade de bombeamento do trecho V do eixo das águas	10.257.567
Reutilização dos Sistemas Elétricos da EB - Itaíba.	3.284.264
Reutilização dos Sistemas Elétricos EB Gavião / Acarape	2.355.388
Readequação do Sistema de Detecção e Combate a Incêndio da EB-Castanhão com Fornecimento de Materiais	696.031
Total	19.997.575

11.3 - Incorporações a realizar

Provisão de Incorporações a Realizar	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Terreno da Sede Regional Limoeiro do Norte	239.425	239.425
Terreno Sede Município Pentecoste	200.000	200.000
Terreno da Sede Regional do Crato	750.000	750.000
Total	1.189.425	1.189.425

A COGERH recebeu, através de escritura pública, a doação de terrenos das prefeituras de Crato, Limoeiro do Norte e Pentecoste, para construção da gerências bases. Mas para a doação ser efetivada tem uma condição, que é a construção das sedes, com prazos determinados, por enquanto não foi efetivada definitivamente as doações e estão em imobilizado em andamento no ativo, e nas provisões de incorporações no passivo.

11.4 - Estoque

Com fundamento no CPC 27 - Ativo Imobilizado, foram realizadas reclassificações de itens anteriormente registrados em estoque para o Ativo Imobilizado, por se tratarem de peças sobressalentes destinadas à utilização contínua na operação, atendendo aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil.

Composição do saldo do Estoque do Imobilizado em 2025:

Estoque de Imobilizado	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Estoque Material Adutora Coreau/Moraujo	-	101.633
Cabos PJ Sist Elétric EB Pacoti Auxiliar	1.313.460	-
Conjunto de Motobombas Submersas	521.250	-
Total	1.834.710	101.633

11.5 - Intangível

Na COGERH, atualmente os registros neste grupo referem-se a direito de uso de licença de software que são amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

NOTA 12
FORNECEDORES

Os valores registrados na conta de fornecedores, referem-se à aquisição de bens e serviços utilizados pela companhia no cumprimento de suas atividades. A Cogerh mantém contrato com diversos fornecedores, com prazo médio de pagamento de 30 dias. Segue abaixo os principais fornecedores e os saldos na data do fechamento do balanço:

Fornecedores	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Andréza de A Pinto Costa - ME	-	51.427
Arrio Service Comercio e Servicos Ltda	8.273	8.372

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

CNPJ nº 74.075.938/0001-07



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Lucro Líquido 2025 (antes dos tributos sobre o Lucro)	16.087.470		
Juros Sobre Capital Próprio	7.934.717		
A administração propôs a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio para os acionistas da Companhia em substituição aos dividendos referentes ao exercício, considerando o Patrimônio de 2024. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício.			
O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.			
O valor pago em 2025 de Juros de Capital Próprio foi de R\$8.242.068 (oito milhões duzentos e quarenta e dois mil sessenta e oito reais) referente ao ano de 2024.			
Os juros sobre o capital próprio (JCP) são instituto criado pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei nº 9.249/95. É prática usual das sociedades distribuírem-nos aos seus acionistas e imputarem-nos ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação vigente. Assim, o tratamento contábil dado aos JCP deve, por analogia, seguir o tratamento dado ao dividendo obrigatório.			

NOTA 19 RECEITAS

Conta	2025 (R\$)	2024 (R\$)	%
Receita Bruta Da Atividade	252.863.038	237.808.084	6,33%
(-) Pis/Cofins	(9.215.737)	(9.427.485)	(2,25%)
(+) Cancelamento de Faturamento	(351.833)	(143.310)	145,50%
(-) Descontos Incondicionais	(45.251)	(159)	100,00%
(-) Devoluções	-	-	0,00%
Receita Líquida da Atividade	243.250.216	228.237.130	6,58%

Abaixo detalhamento por categoria da Receita Bruta da Companhia:

Faturamento por Categoria	%	2025 (R\$)	%	2024 (R\$)
Cagece	55,61%	140.606.162	57,19%	136.007.367
Abastecimento Humano	0,73%	1.840.278	0,68%	1.619.374
Prefeituras e Serviços Autônomos	3,90%	9.854.400	3,70%	8.787.689
Indústria Isolada	8,33%	21.076.044	7,51%	17.655.333
Indústria DI Pacajus	0,84%	2.124.200	0,87%	2.069.745
Indústria DI Maracanaú	4,78%	12.075.383	4,71%	11.189.365
Indústrias Complexo Pecém	20,07%	50.758.689	21,08%	50.126.435
Piscicultura	0,07%	189.103	0,08%	186.513
Carcinicultura	0,51%	1.280.306	0,45%	1.067.393
Irrigação	1,30%	3.285.248	0,81%	1.925.069
Irrigação Eixo	0,01%	26.080	0,42%	1.009.761
Água Mineral	0,28%	708.803	0,29%	619.708
Demais Usos	0,89%	2.248.422	0,72%	1.703.406
Serviço e Comércio	2,00%	5.056.079	1,49%	3.551.869
Provisão de Receita	0,69%	1.733.842	0,04%	89.053
Total	100,00%	252.863.038	100,00%	237.808.084
Cancelamentos e Descontos Incondicionais		(397.084)		(143.469)
Total		252.465.954		237.664.615

O faturamento da Companhia depende diretamente da disponibilidade de água bruta do Estado. A Companhia adota de diferentes categorias de uso para composição de sua matriz tarifária, com o objetivo de utilização de subsídio cruzado entre os usuários de forma qual aqueles setores com maior capacidade de pagamento paguem um valor de tarifa maior que os usuários com capacidade de pagamento reduzida.

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece está enquadrada na categoria de abastecimento público, porém, em razão do valor relevante desse usuário, apresentamos destacado.

NOTA 20 CUSTOS DA ATIVIDADE

Em seguida o detalhamento dos custos da atividade da empresa:

Custos	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Pessoal Terceirizado	39.075.448	41.029.385
Pessoal Quadro Próprio	33.954.831	30.290.379
Energia Elétrica	29.817.776	32.909.925
Manutenções Estruturas Hídricas	27.203.779	22.275.653
Depreciação/Amortização	10.109.907	3.854.844
Vigilância de Estruturas Hídricas	7.813.101	6.944.551
Locação de Veículos	5.351.660	4.486.521
Assessoria e Consultoria Oper.	3.982.908	2.073.016
Combustíveis e Lubrificantes	2.048.595	1.974.192
Depreciação Lei 12.973/12	1.834.650	7.474.819
Aluguel de Máquinas e Equipamentos	1.784.000	52.616
Análise Qualitativa Quantitativa de Água	1.426.803	1.166.156
Manutenção de Veículos	1.153.645	1.526.317
Gastos com Comitês de Bacia	1.129.673	829.356
Material Elétrico/Hidráulico/Construção/Mecânico	829.356	441.364
Demais Custos	643.189	679.991
Manutenção de Máquinas/Equipamentos	219.241	308.489
Água e Esgoto	67.618	56.269
Internet	25.209	22.577
Medição de Régua Milimétrica	16.783	23.526
Telefone	13.482	24.248
Fretes de Máquinas e Equipamentos	1.140	6.335
Bens de Pequeno Valor	220	4.039
Seguro de Vida	-	-
Serviço de Bomb. Fornec e Inst de Sistema Sôhidra	-	-
Total	168.503.015	159.268.721

Os valores mais significativos dos custos da atividade correspondem a: mão de obra, energia elétrica e manutenção das estruturas hídricas, justificado por estarem diretamente ligados as atividades operacionais, onde em 2025 esses custos representaram 71% do total dos custos.

NOTA 21 DESPESAS OPERACIONAIS

Na demonstração do resultado do exercício, conforme CPC 26 a despesa operacional está subdividida em despesa com vendas, gerais, administrativas, e outras receitas e despesas operacionais. Nesta demonstração temos despesas tributárias que incluem impostos, taxas, emolumentos e outros tributos. Também despesa comercial totalizada por gastos com pessoal, material, telefone e serviço de terceiros ligados a gerência comercial. Da mesma forma as despesas administrativas abrangem todos os gastos que não estão diretamente ligados à área técnica da empresa. Em seguida o detalhamento quanto à distribuição de todas as despesas operacionais da companhia:

Despesas	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Pessoal Terceirizado	328.272	506.989
Pessoal Quadro Próprio	216.448	275.879
Telefone	1.612	9.759
Depreciação/Amortização	5.650	7.551
Seguro de Vida	1.832	787
Materiais e Serviços	8.348	486
Correios	-	305
Passagens Aereas P Jurídica	5.745	-
Subtotal: Despesas com Vendas	567.907	801.757
Pessoal Quadro Próprio	22.530.689	20.400.349
Pessoal Terceirizado	16.159.423	10.154.009

Fortaleza, 31 de dezembro de 2025.

DIRETOR-PRESIDENTE

Yuri Castro de Oliveira

CONTADORA

Cibele Carvalho Borges Holanda
CRC-CE 018228/O7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, abaixo assinados, considerando o disposto nos incisos VI e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, bem como no inciso II do art. 49 do Estatuto Social da COGERH, examinaram e opinaram pela aprovação do Relatório Anual de Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e das Demonstrações Contábeis da Companhia compostas por: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Exercício; c) Demonstração do Resultado Abrangente; d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e) Demonstração do Fluxo de Caixa; e f) Notas Explicativas; as quais foram auditadas por auditores independentes da Emerson Auditores e Consultores S/S, cujo Relatório da Auditoria, de 13 de março de 2026, certifica as Demonstrações Contábeis da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos referentes ao exercício de 2025.

Por todo exposto, o Relatório Anual de Administração e Demonstrações Contábeis relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 encontram-se em condições de serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Fortaleza, 18 de março de 2026.

ROBERTO BENEVIDES DE CASTRO
CONSELHEIRO FISCAL - PRESIDENTE
ITABARACI NAZARENO CAVALCANTE
CONSELHEIRO FISCAL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - COGERH
Fortaleza/CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH ("Companhia" ou "COGERH"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Despesas	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Repasse da Cobrança pelo uso dos Recursos	7.426.594	7.261.935
Honorários de Sucumbencia	315.622	6.960.028
Provisão Créditos Liquidacao Duvidosa	2.939.953	5.509.145
Depreciação/Amortização	3.451.375	2.305.673
Materiais e Serviços	697.887	940.485
Locação de Veículos	1.227.191	895.017
Combustíveis e Lubrificantes	642.421	693.433
Segurança e Vigilância	898.450	569.024
Provisão Causas Judiciais	9.000.000	388.340
Aluguel de Imóveis	366.644	359.691
Publicidade e Propaganda	390.618	346.040
Telefone	302.459	278.560
Manutenção De Softwares	298.703	235.064
Locação Copiadoras	249.702	208.259
Despesas Bancárias	216.914	183.679
Internet	170.244	176.917
Energia Elétrica	150.396	163.709
Consultoria/Auditoria	232.848	150.421
Passagens Aéreas	163.627	129.714
Monitoramento de Veículos	76.684	70.388
Seguro de Vida	49.799	64.249
Despesas Tributárias	29.299	35.896
Correios	5.043	5.859
Doação de Estruturas Hídricas	657.699	-
Despesa por Ajuste de Imobilizado	392.737	3.958
Manutenção de Veículos	-	2.048
Subtotal: Despesas Administrativas	69.043.022	58.491.890
Serviços com Eventos	616.818	309.144
Serviços com Limpeza	203.444	29.517
Serviços Gráficos	14.447	18.690
Água e Esgoto	9.888	7.386
Despesas Não Operacionais	0	-
Subtotal: Despesas Gerais	844.597	364.737
Total Despesas	70.455.525	59.658.383

NOTA 22

OUTRAS RECEITAS

O saldo compõe-se das seguintes contas

Outras Receitas	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Amostra/Doação de Fornecedores	I	13.171
Acordo Não Persecução Penal	II	30.000
Recebimento Ref a Venda em Leilão	III	46.480
Ajuste de Inventário		9
Total	20.000	89.660

II - Valor de R\$ 20.000 (vinte mil reais), recurso advindo de acordo de não persecução penal;

NOTA 23

RECEITAS FINANCEIRAS

O saldo compõe-se das seguintes contas:

Receitas Financeiras	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Rendas de Aplicacoes Financeiras	I	10.707.182
Juros / Multas	II	840.624
Descontos Recebidos	III	-
Juros Sobre Parcelamentos	IV	549.435
Atualizacoes de Créditos Fiscais	V	3.325
Atualizacao Valor Corrigido Proc.trabalhista	VI	-
Total	12.100.567	7.144.815

I - O valor de R\$10.707.182 (dez milhões, setecentos e sete mil, cento e oitenta e dois reais), advém de valores de rendimento de Aplicação Financeira;

II - O valor de R\$840.624 (oitocentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e quatro reais) refere-se a recursos originários de pagamentos de juros e multas pagos por clientes;

III - Valor de descontos recebidos de fornecedores;

IV - O valor de R\$549.435 (quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), trata de valores juros sobre acordos de parcelamento de clientes;

V - Valor de atualização de créditos tributários R\$3.325 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais);

Despesas Financeiras	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Juros / Multas	I	594
Descontos Financeiros	II	324.179
Encargos Financeiros	III	-
Despesa Com Auto de Infração	IV	-
Total	324.773	60.364

I - O valor de R\$594 (quinhentos e noventa e quatro reais), advém de valores de juros e multas de mora pagos por atraso;

II - O valor de R\$324.179 (trezentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e nove reais) refere-se a descontos de juros sobre pagamentos de encargos de clientes;

NOTA 24

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 25

PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

Partes Relacionadas	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Contas a Receber		
Companhia de Água e Esgoto de Ceará - Cagece	27.241.460	20.221.709

NOTA 26

EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a presente data, a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação em suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH

Rua Adualdo Batista, 1550, Parque Iracema
CEP: 60.830-080 - Fortaleza/ CE
Fone: (85) 3218.7039 Fax: (85) 3218.7032



ECONOMIA

Nordeste lidera alta da cesta, e consumo nos supermercados cresce 2% no trimestre

Movimento mostra que a expansão do consumo no setor segue fortemente associada ao reforço temporário da renda das famílias



FOTO DIVULGAÇÃO

Para o 2º trimestre, a Abras projeta continuidade da alta no consumo, impulsionada pela antecipação do 13º salário

Proposta. O governo federal enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar 114 de 2026, que cria um mecanismo para reduzir tributos sobre combustíveis caso haja aumento de arrecadação com receitas do petróleo. A proposta foi apresentada pelo líder do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta. A medida vai envolver cortes diretos de impostos.

O Nordeste registrou, em março, a maior alta regional no valor da cesta de compras entre as cinco regiões do país, com avanço de 2,49%, acima da média nacional. Com isso, o valor passou de R\$ 720,53 para R\$ 738,47, segundo balanço divulgado nesta quinta-feira, 23, pela Associação Brasileira de Supermercados. O dado reforça a pressão inflacionária sobre o consumo básico na região, mesmo em um cenário de expansão nas compras das famílias brasileiras.

No acumulado do primeiro trimestre de 2026, o consumo nos supermercados cresceu 1,92% no país, já descontada

a inflação medida pelo IPCA. Em março, o avanço foi ainda mais expressivo, com alta de 6,21% em relação a fevereiro e de 3,20% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Para a Abras, o resultado foi influenciado pela antecipação de compras para a Páscoa, celebrada no início de abril, e também pelo efeito-calendário, já que fevereiro tem menos dias úteis para consumo.

A entidade avalia ainda que a maior circulação de renda ajudou a sustentar o desempenho do varejo alimentar em março. Entre os fatores citados estão os repasses do Bolsa Família, que alcançaram 18,73 milhões de lares com transferência de R\$ 12,77 bilhões, e o pagamento do segundo lote do PIS/Pasep, que injetou cerca de R\$ 2,5 bilhões na economia. O movimento mostra que a expansão do consumo no setor segue fortemente associada ao reforço temporário da renda das famílias, sobretudo das camadas de menor poder aquisitivo.

Ao mesmo tempo, o consumidor continuou enfrentando encarecimento da cesta de produtos de largo consumo. O Abrasmercado, indicador que acompanha os preços de 35 itens, subiu 2,20% em março, fazendo o valor médio da cesta nacional passar de R\$ 802,88 para R\$ 820,54. Entre os produtos básicos, o feijão liderou as altas no mês, com avanço de 15,40%, seguido pelo leite longa vida, com 11,74%. No trimestre, o feijão acumulou elevação de 28,11%, enquanto o leite subiu 6,80%, sinalizando

persistência da pressão sobre alimentos essenciais.

Também pesaram no orçamento itens in natura e proteínas. O tomate subiu 20,31% em março, a cebola avançou 17,25% e a batata teve alta de 12,17%. No acumulado do trimestre, esses produtos registraram elevações de 45,43%, 14,06% e 14,04%, respectivamente. Entre as proteínas, houve aumento nos ovos, de 6,65%, e na carne bovina, tanto no corte traseiro, com alta de 3,01%, quanto no dianteiro, com 1,12%. Em sentido oposto, frango congelado e pernil recuaram no mês, mas não o suficiente para aliviar de forma mais ampla a pressão sobre a alimentação doméstica.

No recorte regional, depois do Nordeste apareceram Sudeste, com alta de 2,20%, Sul, com 1,92%, Centro-Oeste, com 1,83%, e Norte, com 1,82%. Ainda que o Nordeste tenha apresentado a maior variação percentual, continuou com a cesta de menor valor absoluto entre as regiões. Já o Norte e o Sul permaneceram com os maiores custos, acima de R\$ 888 em março, revelando diferenças importantes de estrutura de preços, logística e abastecimento no país.

Para o segundo trimestre, a Abras projeta continuidade da alta no consumo, impulsionada pela antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS, estimada em R\$ 78,2 bilhões para cerca de 35,2 milhões de beneficiários, e pelo primeiro lote de restituições do Imposto de Renda.

Receita abre consulta a lote da malha fina do Imposto de Renda

A Receita Federal abriu consulta a lote residual de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física referente a abril de 2026. Ao todo, 415.277 contribuintes que regularizaram pendências com o Fisco ou têm valores residuais de anos anteriores poderão verificar se foram contemplados neste pagamento.

Para quem não aparecer na consulta, a orientação é acessar o extrato da declaração no e-CAC e verificar se ainda há alguma pendência. Caso exista erro ou informação incompleta, o contribuinte pode enviar uma declaração retificada e aguardar os próximos lotes. Se a restituição não for creditada por problema na conta indicada, como encerramento da conta, o valor ficará disponível para resgate no Banco do Brasil por até um ano. Depois desse prazo, o pedido deverá ser feito novamente pelo portal e-CAC, na área de restituição não resgatada, e o contribuinte não resgatar o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessar o menu “Declarações e Demonstrativos”, clicar em “Meu Imposto de Renda”, e em seguida, no campo “Solicitar restituição não resgatada na rede bancária”.

crédito bancário está programado para 30 de abril e será depositado na conta bancária ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração. A liberação deste lote residual ocorre paralelamente ao calendário regular de restituições de 2026, cujo primeiro lote ordinário está previsto para 29 de maio.

TERMACO TRANSPORTES S.A. CNPJ: 21.421.240/0001-30

Balanco Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)			
	2025	2024	
ATIVO			PASSIVO
CIRCULANTE			CIRCULANTE
Disponibilidades	651	373	Fornecedores
Aplicações Financeiras	424	122	Empréstimos e Financiamentos
Contas a Receber de Clientes	6.974	10.241	Salários e Encargos Sociais
Estoques	1.158	1.501	Obrigações Tributárias
Adiantamentos a Recuperar	4.826	4.797	Férias/13º Salário a Pagar
Adiantamento a Fornecedores	419	374	Outras Obrigações
Despesas Antecipadas	139	193	Total do Circulante
Outros Ativos Circulantes	215	198	NÃO CIRCULANTE
Total do Circulante	14.804	17.800	Empréstimos e Financiamentos
NÃO CIRCULANTE			Parcelamentos
Realizável a longo prazo:			Provisões Constituídas
Direitos a Receber	206	294	Outras Obrigações
Depósitos Judiciais	38	69	Total do Não Circulante
Permanente:			20.833
Imobilizado	20.026	24.541	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Intangível	309	405	Capital Social
Total do Não Circulante	20.579	25.309	Reservas de Lucros
ATIVO TOTAL	35.384	43.109	PASSIVO TOTAL
			35.384

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2023	6.929	-	3.075	-	10.004
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	3.986	3.986
Apropriação de Lucro Líquido para Reserva Legal	-	-	199	(199)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(947)	-	(947)
Reserva Legal Especial Dividendo Obrigatórios	-	-	-	-	-
Não Distribuídos	-	-	3.787	(3.787)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	6.929	-	6.115	-	13.043
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	2.322	2.322
Apropriação de Lucro Líquido para Reserva Legal	-	-	116	(116)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(6.689)	(2.020)	(7.690)
Reserva Legal Especial Dividendo Obrigatórios	-	-	-	-	-
Não Distribuídos	-	-	186	(186)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	6.929	-	7.47	-	7.676

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da TERMACO TRANSPORTES S.A. Fortaleza-CE.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da TERMACO TRANSPORTES S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TERMACO TRANSPORTES S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, independentemente se causada por fraude ou erro, na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando durante o período de tempo relevante, incluindo os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis da administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos ceticismo profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a mudanças em nossa opinião. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza

ECONOMIA

Mutirão do INSS oferece mais de 2 mil vagas em Fortaleza para reduzir fila de perícias

O esforço do governo federal para aliviar a fila de benefícios por incapacidade e assistenciais volta a ganhar escala neste fim de semana, com a realização de um novo mutirão de perícias médicas em cidades de 16 estados. A ação, coordenada pelo Ministério da Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), prevê mais de 19 mil atendimentos nos dias 25 e 26 de abril, em uma tentativa de acelerar a análise de pedidos e reduzir o tempo de espera dos segurados. Em Fortaleza, serão ofertadas 2.038 vagas, uma das maiores disponibilidades do país nesta rodada. Na capital cearense, os atendimentos ocorrem nas agências do Centro de do bairro Edson Queiroz.

A mobilização reúne 53 Agências da Previdência Social e contempla benefícios por incapacidade e assistenciais, como o BPC/Loas. Além do atendimento presencial, o mutirão também recorrerá à chamada Perícia Conectada, modalidade de teletendimento adotada para ampliar o acesso em regiões com menor oferta de médicos peritos. Segundo o governo federal, o modelo mantém os mesmos parâmetros de segurança, privacidade e sigilo do atendimento tradicional, preservando ainda a autonomia do perito para definir a forma de realização do exame.

A iniciativa se insere em uma estratégia contínua de redução de filas, num contexto em que a demanda re-

primida por perícias segue pressionando a estrutura do INSS em todo o país. De acordo com o Ministério da Previdência, o último mutirão ocorreu nos dias 11 e 12 de abril, e, apenas em 2026, já foram realizados 130 mil atendimentos periciais por meio dessas ações concentradas. O formato quinzenal adotado pelo governo busca dar maior previsibilidade ao atendimento e ampliar a capacidade de resposta da rede previdenciária.

Para os segurados, o mutirão representa a chance de antecipar a avaliação médico-pericial e destravar o andamento de processos que dependem dessa etapa para liberação de benefícios. O agendamento pode ser feito pelo telefone 135, disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h, ou pelo Meu INSS, na versão web e no aplicativo para celular. Após a confirmação, o requerente deve comparecer à agência no dia e horário marcados.

No caso de Fortaleza, a oferta de 1.347 vagas na unidade Centro-Oeste reforça o peso da capital cearense dentro da operação nacional e pode contribuir para reduzir gargalos em uma área sensível da política previdenciária. Em um cenário de alta procura por benefícios e pressão por maior eficiência no atendimento público, a ampliação temporária da capacidade de perícia se consolida como uma das principais apostas do governo para encurtar o tempo entre o pedido do seguro e a decisão administrativa.

Emprestar o CPF amplia risco financeiro em país já pressionado pela inadimplência

O gesto de confiança às vezes se converte em problema financeiro. Entre os que já emprestaram o nome, 34% acabaram endividados

FOTO MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL/ARQUIVO



Entre os brasileiros que já emprestaram o nome, 34% acabaram endividados

Em um país marcado pela expansão do crédito e pelo avanço da inadimplência, emprestar o nome para ajudar parentes, amigos ou pessoas próximas continua sendo um hábito comum entre

os brasileiros, embora carregue um potencial elevado de comprometer a saúde financeira de quem assume formalmente a dívida. Pesquisa da Serasa em parceria com o

Opinion Box mostra que seis em cada dez brasileiros já cederam o CPF para terceiros em alguma operação de crédito. O dado revela a força de uma prática ainda naturalizada nas relações pessoais, mas que, na prática, transfere

integralmente ao titular do documento a responsabilidade legal pelo débito.

Os números indicam que o gesto de confiança frequentemente se converte em problema financeiro. Entre os brasileiros que já emprestaram o nome, 34% acabaram endividados após o não pagamento das obrigações por parte de quem utilizou o crédito. Além disso, 29% afirmaram ter se arrependido da decisão e disseram que não repetiriam a experiência. O levantamento também mostra que esse tipo de operação ocorre majoritariamente dentro do círculo de convivência mais próximo: em 60% dos casos, o empréstimo do nome foi feito para familiares; em 31%, para amigos; em 14%, para colegas de trabalho; em 11%, para parceiros; e em 3%, para outras pessoas.

Segundo a especialista em educação financeira da Serasa, Aline Vieira, o problema central é que, ainda que o titular do CPF não usufrua diretamente do dinheiro ou do bem adquirido, ele permanece como o responsável oficial pela dívida, seja em operações com cartões, empréstimos, financiamentos ou parcelamentos. Na avaliação dela, esse compromisso pode desorganizar o orçamento doméstico e prejudicar o histórico de crédito.

O alerta ganha ainda mais peso diante do quadro atual de endividamento no país. De acordo com o Mapa da Inadimplência da Serasa de março de 2026, mais de 82,8 milhões de brasileiros estão inadimplentes, acumulando 338 milhões de dívidas. Desse total, 47% estão concentradas justamente em bancos e financeiras, setores diretamente ligados à concessão de crédito e, portanto, mais associados às situações em que o empréstimo de nome tende a ocorrer com maior frequência. Nesse contexto, a prática de ceder o CPF, ainda que motivada por solidariedade ou confiança, amplia a exposição das famílias a um ambiente financeiro já deteriorado.

Ceará

No Ceará, o cenário também chama atenção. O estado soma mais de 3,76 milhões de pessoas com o nome comprometido, que reúnem mais de 14,39 milhões de dívidas. Desse montante, 24,5% estão concentrados em bancos e instituições financeiras. Embora não seja possível estabelecer uma relação direta entre o volume de inadimplência e o ato de emprestar o nome, a combinação entre crédito fácil, renda pressionada e dificuldades de pagamento ajuda a explicar por que essa prática pode se transformar em armadilha para milhares de consumidores. A avaliação da Serasa é que, mesmo em relações marcadas pela confiança, imprevidentes financeiros podem comprometer a capacidade de pagamento de quem tomou o crédito e transferir todo o impacto para quem assumiu formalmente a obrigação.

TERMACO PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 20.650.899/0001-03					
Balanco Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2025 - CONSOLIDADO (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
CIRCULANTE					
Disponibilidades	43	46	1.966	1.848	
Aplicações Financeiras	1.688	333	22.224	11.065	
Contas a Receber de Clientes	-	-	47.440	49.088	
Estoque	-	-	2.143	2.228	
Impostos a Recuperar	121	377	5.719	6.249	
Adiantamento a Fornecedores	166	39	2.288	2.159	
Despesas Antecipadas	18	36	913	1.061	
Outros Ativos Circulantes	9.000	9.743	12.272	9.872	
NÃO CIRCULANTE	11.035	10.573	94.965	63.570	
Realizável a longo prazo:					
Direitos a Receber	61.083	1.009	23.174	255	
Depósitos Judiciais	27	27	185	279	
Outros Ativos Diferidos	-	-	1.764	1.090	
Permanente:					
Investimentos	55.567	94.255	44.944	43.279	
Imobilizado	1.110	1.527	45.308	50.091	
Intangível	126	155	705	619	
Total do Não Circulante	117.913	96.973	117.080	96.813	
ATIVO TOTAL	128.948	107.546	212.045	180.484	
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	210	70	7.637	6.615	
Empréstimos e Financiamentos	-	-	11.505	15.625	
Salários e Encargos Sociais	33	30	1.292	1.062	
Obrigações Tributárias	90	81	6.509	6.030	
Férias/13º Salário a Pagar	-	-	5.198	5.006	
Outras Obrigações	10.038	9.629	15.498	15.217	
Total do Circulante	10.370	9.810	47.640	49.555	
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	-	-	16.709	18.014	
Parcelamentos	30	46	6.143	10.244	
Provisões Constituídas	-	-	1.164	736	
Outras Obrigações	58.065	3	58.062	248	
Total do Não Circulante	58.095	49	82.079	29.242	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	701	701	16.397	16.397	
Reservas de Capital	10.684	10.684	622	389	
Reserva para Contribuição Social	49.098	49.302	65.307	64.902	
Total do Patrimônio Líquido	60.483	60.687	82.327	81.688	
PASSIVO TOTAL	128.948	107.546	212.045	180.484	

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 - CONSOLIDADO (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Receita Bruta dos Serviços Prestados					
Serviços	-	-	435.839	432.462	
Descontos e Cancelamentos	-	-	(3.444)	(3.028)	
Imp contrib. sobre serviços	-	-	(62.360)	(62.332)	
Receita Líquida dos Serviços Prestados			370.035	367.122	
Custo dos Serviços Prestados			(282.834)	(275.556)	
Lucro Líquido			87.201	91.566	
Despesas Operacionais			(52.472)	(49.922)	
Administrativas	-	-	(9.282)	(8.126)	
Comerciais	-	-	-	-	
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício			30.858	28.722	

Demonstração do Resultado Abrangente Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 - CONSOLIDADO (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício					
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Resultado Abrangente Total do Exercício			30.858	28.722	

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 CONSOLIDADO (Em milhares de reais-R\$)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Fluxo líquido do exercício	30.858	28.722	30.858	28.722	
Ajuste para reconciliação do lucro líquido:					
Depreciações e amortizações	417	489	8.781	7.939	
Despesas de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	3.682	4.426	
Resultado líquido de Equivalência Patrimonial	(30.450)	(28.696)	(10.692)	(6.988)	
Ajustes de exercícios anteriores	-	(641)	-	(641)	
(Aumento) redução nos ativos:					
Contas a receber de clientes	-	-	1.648	(4.001)	
Estoque	-	-	84	79	
Adiant. a Fornecedores	255	80	530	410	
Despesas Antecipadas	(127)	123	(130)	1.874	
Demais Contas a Receber	743	(967)	(2.399)	(2.048)	
Direitos a Receber	(60.074)	(451)	(22.918)	(167)	
Direitos Judiciais	-	-	94	183	
Ativos Fiscais Diferidos	-	-	(674)	5	
Aumento (redução) nos passivos:					
Fornecedores	140	(61)	1.022	448	
Salários e encargos sociais	2	2	230	71	
Obrigações tributárias	9	(470)	479	(1.157)	
Provisões Férias/13º Salário	-	-	194	515	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Outras Obrigações Curto Prazo	163	32	3.110	2.400	
Despesas Financeiras	-	(1)	(4.408)	(7.304)	
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	360	-	2.725	1.248	
Equivalência Patrimonial	30.450	28.696	10.692	6.988	
Despesas Operacionais Líquidas	30.873	28.727	(49.636)	(54.716)	
Lucro antes da Contribuição Social e imposto de Renda	30.873	28.727	37.565	36.850	
Provisão para Contribuição Social	(37)	(2)	(1.961)	(2.285)	
Provisão para Imposto de Renda	(77)	(3)	(4.716)	(5.843)	
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	30.858	28.722	30.858	28.722	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 - CONSOLIDADO (Em milhares de reais - R\$)					
Descrição	Capital Social		Reserva de Reserva		Lucros Acumulados
	2025	2024	2025	2024	
Em 31 de Dezembro de 2023	16.397	388	62.884	78.888	79.888
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(641)	(641)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	28.722	28.722
Apropriação de Lucro Líquido para Reserva Legal	-	-	711	(711)	(4.954)
Dividendos Distribuídos	-	-	(4.954)	-	(4.954)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	1.079	-	1.079
Reserva Legal Especial Dividendo Obrigatórios Não Distribuídos	-	-	25.182	(27.370)	(2.188)
Em 31 de Dezembro de 2024	16.397	388	84.902	71.187	101.687
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	30.859	30.859
Apropriação de Lucro Líquido para Reserva Legal	-	-	200	(200)	(200)
Dividendos Distribuídos	-	-	(47.052)	(44.878)	(91.930)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	235	-	(235)
Reserva Legal Especial Dividendo Obrigatórios Não Distribuídos	-	-	27.257	14.455	41.712
Em 31 de Dezembro de 2025	16.397	622	65.307	82.327	82.327

Bertrand Alphonse Boris Neto - Diretor - CPF: 219.955.403-15. Carlos José Castro da Silva Maia - Diretor - CPF: 275.508.421-91. Christiane Boris Silva Maia - Diretora - CPF: 213.711.213-20. Felipe Oliveira de Carvalho - Contador - CRC-CE: 0166410-1 - CPF: 823.030.963-91

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas					
Aos Acionistas e Diretores da TERMACO PARTICIPAÇÕES S.A. - Fortaleza-CE.					
Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis da TERMACO PARTICIPAÇÕES S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TERMACO PARTICIPAÇÕES S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Apresentação da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis da administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, de modo a emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados e as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 26 de abril de 2026. Audílica Auditoria e Assessoria Contábil S/S - CRC-CE-000282/O-9. José Teixeira de Souza Filho - Contador CRC - 4.702/O-6.					

CARTÓRIO HOLANDA
REGISTRO CIVIL E PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS
MUNICÍPIO DE MARANGUAPE - ESTADO DO CEARÁ
RUA CORONEL ANTÔNIO BOTELHO, 141, CENTRO - CEP: 61940-005.
FONES: (085) 33413636 - 33413021 / 987262609

EDITAL Nº 11.655: Faço saber que pretendo casar-se os contraentes:
RONALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA E CARLA FABÍULA CRUZ DE MATOS.
EDITAL Nº 11.656: Faço saber que pretendo casar-se os contraentes:
JOSUE LUCAS FREITAS ROCHA E AMANDA BEATRIZ MATEUS DE MELO.
EDITAL Nº 11.657: Faço saber que pretendo casar-se os contraentes:
MARDONIO ANDRADE DE SOUSA E ANA VITÓRIA BARROS GOMES.
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, ACUSE-O PARA OS DEVIDOS FINS. Lavrado para ser afixado em Cartório e publicado no Jornal O ESTADO.
Maranguape/CE, 24/04/2026
Dr. Fernando Antônio de Holanda Carlos
Oficial Titular

CARTÓRIO ALENCAR FURTADO
1º OFÍCIO DE NOTAS DA COMARCA DE PACATUBA - ESTADO DO CEARÁ
RUA CEL JOSÉ LIBIANO, Nº 100, CENTRO
TELEFONES: (85)3345-1298 / (85)99693-3138
contato@cartorioalencarfurtado.com.br
registrocivil@cartorioalencarfurtado.com.br

EDITAL DE CASAMENTOS
Faço saber que pretendo casar-se os justificantes:
EDITAL 14268 - LUIS FERNANDO NASCIMENTO DE SOUSA E MARIA CLARA ROSENO
EDITAL 14269 - ARTUR MAIA LASARO E MARIA CLARA MAIA BARRETO MACIEL
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, ACUSE-O PARA OS DEVIDOS FINS. Lavrado para ser publicado no Jornal O Estado.
Alexandre Magno Medeiros Alencar - Oficial

CARTÓ



Facebook: jornaloeestadoce
Twitter: @jornaloeestadoce
YouTube: www.youtube.com/@CanalOEstadoCE
Instagram: @jornaloeestado

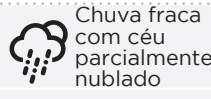


LOTÉRIAS
MEGA-SENA, # 2998 ▶ 15, 18, 28, 31, 52, 58
TIMEMANIA, # 2382 ▶ 22, 23, 30, 37, 64, 68, 80 MANAUS /AM
LOTOFÁCIL, # 3667 ▶ 01, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 11, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 25

ÚLTIMAS

Fechamento desta edição: 21h50

TEMPO EM FORTALEZA
Min 23° C Max 29° C
MARÉS: BAIXA 4h08 ALTA 10h30 17h03 0.60m 23h57 1.85m



TEMPO NO BRASIL (Máxima)
São Paulo 29° C • Brasília 28° C • Rio 28° C

FALE COM A GENTE
www.oestadoce.com.br
e-mail: geral@oestadoce.com.br



FOTO DIVULGAÇÃO

Zema diz que 'frutas podres' desmoralizam STF e ataca Alcolumbre

O pré-candidato à Presidência Zema (Novo) afirmou que o STF (Supremo Tribunal Federal) tem "frutas podres" que desmoralizam a corte. Segundo o ex-governador de Minas Gerais, os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli "usaram de seus cargos, da sua influência, para enriquecimento, benefício pessoal". Zema citou "negócios" dos dois com o Banco Master. O presidencialista afirmou ainda que ministros do Supremo "se aproximaram do maior criminoso do Brasil, pelo menos em volume de golpe", em referência a Daniel Vercaro, do Banco Master. "Isso é um soco na cara do brasileiro ver membros da mais alta corte envolvidos com o maior criminoso do Brasil", disse.

Zema também atacou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que seria responsável por dar andamento aos processos de impeachment contra ministros do Supremo. "Quando tivermos presidente do Senado corajoso, e não presidente do Senado acovardado, essa situação vai se corrigir". O ex-governador disse que o Supremo já teve respeitabilidade, mas que a perdeu "talvez uns 15 anos atrás". Segundo ele, até os tempos da Operação Lava Jato a corte ainda contava com ministros mais preocupados em decidir juridicamente do que em "brilantismo". "Eles deveriam se candidatar a atores de Hollywood pelo que vejo,

e não a ministros", disse. A queixa de Gilmar foi motivada por um vídeo em que um boneco que imita o magistrado conversa com outro que representa o ministro Dias Toffoli sobre o caso Master. Nas imagens, o fantoche de Toffoli pede ao de Gilmar que suspenda a quebra de seus sigilos, determinada pela CPI do Crime Organizado, do Senado, e o boneco do magistrado anula a decisão em troca de "uma cortesia" no resort Tayayá. Após a publicação, Gilmar encaminhou uma queixa-crime a Alexandre de Moraes, relator do inquérito. O Tayayá tinha participação de Toffoli e foi comprado por um fundo ligado a Daniel Vercaro, do Banco Master.

Mais cedo nesta quinta, Gilmar comparou, em entrevista ao portal Metrô-poles, as críticas de Zema ao tribunal a retratar o ex-governador como homossexual e questionou se isso não seria "ofensivo". Zema reagiu em publicação no X afirmando que "só ofende quando tem fundo de verdade" e reagiu com emoji de risada a uma imagem gerada por IA que mostra um boneco dele com uma bandeira LGBTQI+.

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) acusou Gilmar de homofobia. Na quarta (22), em entrevista ao lado de deputados da oposição em Brasília, Zema chamou o STF de "pior Supremo da história" e disse que o tribunal é "o incendiário do Brasil".

Alece aprova criação de 3,5 mil cargos de soldado da Polícia Militar do Ceará

A iniciativa se integra às ações do Governo do Estado para o fortalecimento da segurança pública, com ampliação do efetivo policial

FOTO DIVULGAÇÃO



A Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) aprovou nesta quinta-feira (23), com unanimidade, a criação de 3,5 mil cargos efetivos de soldado da Polícia Militar do Ceará (PMCE). Enviada pelo governador Elmano de Freitas (PT), a medida começou a tramitar na Casa hoje e tramitou em regime de urgência. Conforme o Projeto de Lei 49/2026, a iniciativa se integra às ações do Governo do Estado para o fortalecimento da segurança pública, com ampliação do efetivo policial. Em março, os deputados já haviam aprovado outro projeto do governo para quebrar a cláusula de barreira do último concurso para soldado da PMCE, de abril de 2025. Na prática, isso autorizou que o Governo do Estado realize novas convocações para além do número inicial de vagas previstas nessa seleção, evitando a necessidade de abertura de um novo certame. O certame apre-tentou, a princípio, mil vagas efetivas, além de 500

para cadastro de reserva. Entretanto, ainda foi necessária a aprovação pelos deputados estaduais de uma nova lei com a criação das vagas que vão permitir o chamamento dos novos profissionais para corporação. A proposta é que os cargos sejam providos ao longo do prazo de validade do concurso. "Então, agora temos os cargos criados para convocar os aprovados dentro das vagas originais do concurso, ampliar o cadastro de reserva e, se necessário, progredir gradativamente para convocar também todos aqueles que foram aprovados mas não estão na lista original de vagas nem no cadastro de reserva, mas foram aprovados em todas as fases do concurso", explicou o líder do governo na Alece, deputado estadual Guilherme Sampaio (PT). Os critérios para o chamamento incluem que o candidato tenha obtido nota igual ou superior à mínima exigida para aprovação na prova objetiva do certame e não ser ou ter sido eliminado nas etapas subsequentes da disputa. A Secretaria de Segurança Pública do Ceará (SSPDS-CE) deve divulgar um cronograma com a nova rodada de convocações. O PL 49/26 também atualizou dispositivos da legislação da PMCE, incluindo regras sobre a reserva remunerada ex officio e ajustes na estrutura administrativa da instituição, como a previsão de cargos de direção criados posteriormente. O texto explica que a regra vigente excepcionalmente inativação compulsória de alguns cargos de direção ou gerência superior e deixa de mencionar o cargo de Diretor de Planejamento e Gestão Operacional, criado posteriormente à última alteração legal. A matéria adiciona entre as exceções previstas no dispositivo o aludido cargo, permitindo que seu ocupante possa, enquanto estiver nas suas funções, permanecer contribuindo com a gestão militar. (Por Igor Magalhães)

Table with financial data for Companhia Importadora de Máquinas e Acessórios Irmãos Pinto - CIMAIPINTO. Includes sections for Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, and Notas Explicativas.

JORNAL O ESTADO
PUBLICIDADE LEGAL
(85) 3033.7519

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/E326-E442-FF10-04C8> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E326-E442-FF10-04C8



Hash do Documento

ED20F7A4EE6A3862549BD96760CD1521F40F6CEB60C5172EC43EA00567EAC137

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/04/2026 é(são) :

- Soraya De Palhano Xavier (Signatário - REDE INDEPENDENTE DE JORNAIS DO NORDESTE LTDA) - 07.038.870/0001-07 em 24/04/2026 11:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - REDE INDEPENDENTE DE JORNAIS DO NORDESTE LTDA - 07.038.870/0001-07

Evidências

Geolocation: Latitude: -3.7480128925257863 Longitude: -38.469820922666244 Accuracy: 108

IP: 172.16.4.18

AC: AC SOLUTI Multipla v5

